Elo

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Diretor: José Diniz – Ano XLVII – DEZ. 2021 Mensário N.º 534 Preço € 0,70

PADM
PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL

PORTE PAGO

ADFA

UMA CAUSA, MÚLTIPLOS ESFORÇOS

A ADFA está determinada na defesa dos direitos inalienáveis dos deficientes das Forças Armadas. O trabalho é intenso e, no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de Dezembro, vivemos, nas iniciativas em que a ADFA participou, esse exemplo da convergência de esforços para um grande objectivo: a concretização dos direitos das pessoas com deficiência, nomeadamente dos deficientes das Forças Armadas.

Consulte nesta edição

Audiência com CEMGFA – P24
Conselho Nacional – P24
Saúde e Bem-Estar – P22
Dia 3 de Dezembro – P21
Museu da Guerra Colonial – P20
Histórias de vida – P19
Evocação do Armistício – P18
Ministra visita CRPG - P17
ELO Entrevista – P15
Acessibilidade – P14
Marcha Pela Paz 2021 – P12 e 13
Aniversário do ELO – P11
ADFA na Rádio Renascença – P10
IASFA recebe Associação – P9
Delegações em acção – P5 a 8
Editorial e Opinião – P3 e 4
Novos livros – P2

ADFA, A FORÇA JUSTA DAS VÍTIMAS DE UMA GUERRA INJUSTA

Livros

Por José Diniz

O PRIMEIRO RANGER PORTUGUÊS – E.U.A., LAMEGO, ANGOLA (1962-1965)
Autor: Major-General Rodolfo Begonha
Edição: Gradiva Publicações, SA, Lisboa, Junho de 2018, 208pp

Durante a nossa vida militar, todos ouvimos falar dos "Rangers" de Lamego e da dureza da instrução do seu curso. Este livro conta-nos como tudo começou, na primeira pessoa do seu autor, que foi, efectivamente, o "primeiro Ranger português".
O eclodir da guerra em Angola, no início de 1961, não apanhou as Forças Armadas Portuguesas de calças na mão, mas quase. Especialmente no Exército, houve alguns líderes mais clarividentes que, a partir de 1958, começaram a chamar a atenção para a guerra que poderíamos enfrentar em África, a curto prazo, que, em termos doutrinários, não tinha nada a ver com a organização e com as técnicas e tácticas da guerra clássica então em uso. Formaram-se grupos de trabalho, enviaram-se oficiais à Argélia para estudarem a doutrina francesa sobre a guerra de guerrilha que então o seu Exército lá travava, criou-se, em Lamego, o Centro de Instrução de Operações Especiais, em 1960, e, em 1962, coube ao então Capitão Begonha, ir frequentar o Curso de Ranger na Escola de Infantaria do Exército dos Estados Unidos, em Fort Benning.
Para além de nos transmitir a riquíssima experiência que constituiu a frequência daquele curso (com um enorme manancial de tradições e de provas dadas que remontam à criação das primeiras companhias de Rangers, em 1756), Rodolfo Begonha traça uma panorâmica do que foi o enorme esforço dos princípios dos anos sessenta para a mudança de mentalidades e de procedimentos: "É minha opinião que os militares, face aos meios disponíveis e apesar de grandes deficiências, fizeram um enorme esforço de organização para cumprirem as respetivas missões atribuídas. E destas emerge a preparação das tropas para um novo tipo de guerra, a da contra-subversão e da contra-guerrilha, em África, em clima de Guerra Fria". (pg. 15).
Depois do seu regresso foi chamado a pôr em prática os ensinamentos e experiência recebidos, tanto na produção de relatórios e estudos como na organização do primeiro "Curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais", em Abril de 1963. Para se fazer ideia do que era a actividade frenética da mobilização e preparação de tropas para o Ultramar, o Capitão Begonha, ao mesmo tempo que acompanhava e participava no desenrolar deste primeiro curso de Rangers, tinha também o encargo de formar uma Companhia, aquartelada também em Lamego, que iria comandar no norte de Angola. Era a Companhia de Artilharia 523 que embarcou em Julho de 1963, logo após a conclusão do Curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais. "Durante os dois anos que a Companhia esteve em Angola em operações, procurei seguir a doutrina, as regras e os procedimentos adquiridos no Curso Ranger de Fort Benning, aos quais juntei os portugueses e aqueles que fomos aprendendo com a experiência operacional." (pg 143).

BOLETIM INFORMATIVO DO ANTIGO COMBATENTE
Edição: Gabinete da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Lisboa, 11 de Novembro de 2021.

Depois de aprovado o Estatuto do Antigo Combatente, em Agosto de 2020, têm vindo a ser adoptadas medidas e regulamentação para pôr em prática os direitos nele preconizados.
Neste período de tempo temos ouvido as mais díspares opiniões, a maioria das quais de desapontamento e de que este Estatuto é um balão cheio de nada. Este estado de espírito deve-se, sobretudo, à circunstância de os antigos combatentes verem a fugir o pouco tempo que lhes resta e que não vão ter tempo de usufruírem do pouco que este Estatuto lhes oferece de palpável e do muito que lhes confere em dignidade e em reconhecimento de toda uma Nação que os mandou para a guerra e que tardou em reconhecer essa dádiva de quase um milhão de Portugueses.
Esta publicação vem, precisamente, dar a conhecer as medidas que têm vindo a ser adoptadas e "fazer chegar aos Antigos Combatentes informação actualizada sobre a execução destas medidas."
Nesta edição podemos encontrar informações do interesse dos Antigos Combatentes, como, por exemplo:
- ponto da situação em que está o envio do Cartão de Antigo Combatente;
- que os titulares deste cartão já podem requerer o "Passe de Antigo Combatente.";
- que foi assinado um protocolo entre a Direcção-Geral de Recursos de Defesa Nacional e a Associação Nacional de Freguesias com a finalidade de "fazer chegar mais perto dos antigos combatentes, através das freguesias, a informação sobre os seus direitos e sobre as medidas já concretizadas desde a entrada em vigor do Estatuto."
- que já foi aprovado o modelo e a legenda da Insígnia de Antigo Combatente, podendo a sua posse já ser requerida.
É de destacar ainda neste Boletim o lançamento do "Prémio Literário Antigos Combatentes – Memórias Militares" que "pretende homenagear os militares que combateram com coragem, lealdade, abnegação e sacrifício, em vários teatros operacionais, galardoando e assegurando o reconhecimento e a divulgação de obras de valos literário, com base nas suas memórias militares". Para informações e esclarecimentos, os Antigos Combatentes poderão consultar o Portal da Defesa ou a página do Balcão Único da Defesa, onde encontrarão os contactos e os formulários dos requerimentos.

Associados Falecidos

Salvador Mário, associado 14469, natural da freguesia de Maúa, Niassa, Moçambique, residente na freguesia de Olival Basto do concelho de Odivelas. Serviu em Moçambique. Faleceu a 07-08-2020 com 71 anos.

António Costa Alves, associado 4850, natural e residente na freguesia de Pardelhas do concelho de Mondim de Basto. Serviu na CCaç 1574 em Moçambique. Faleceu a 01-03-2021 com 76 anos.

Orlando Gomes Paiva, associado 220, natural da freguesia de Romariz do concelho da Feira, residente na freguesia de Carregosa do concelho de Oliveira de Azeméis. Serviu na Guiné. Faleceu a 10-08-2021 com 70 anos.

José Camelo Freire Oliveira, associado 17113, natural da freguesia de Cristelos do concelho de Lousada, residente na freguesia de Senhora da Hora do concelho de Matosinhos. Serviu na CCaç 501 do BCaç 503 em Angola. Faleceu a 29-08-2021 com 79 anos.

Maria Amália Ferreira Matos Magalhães, associada 15759, natural da freguesia de Argoncilhe do concelho da Feira, residente na freguesia de Pedroso do concelho de Vila Nova de Gaia. Era viúva do associado Hilário Pinto Magalhães falecido a 23-10-1998. Faleceu a 23-09-2021 com 76 anos.

Elias Freixo Paixão, associado 17590, natural da freguesia de Zebreira do concelho de Idanha-a-Nova, residente na freguesia e concelho de Castelo Branco. Serviu na CCav 2431 do BCav 2854 em Angola. Faleceu a 13-10-2021 com 74 anos.

José Dias Neves, associado 6642, natural da freguesia e concelho de Oleiros, residente na freguesia de Corroios do concelho do Seixal. Serviu numa Companhia de Cavalaria Independente na Guiné. Faleceu a 13-10-2021 com 71 anos.

João Sousa Rodrigues, associado 14059, natural da freguesia de Figueiredo de Alva do concelho de S. Pedro do Sul, residente na freguesia e concelho de S. Pedro do Sul (lugar de Arcozelo). Serviu no Regimento de Infantaria 145 em Angola. Faleceu a 20-10-2021 com 81 anos.

Armindo Jesus Afonso Esteves, associado 16422, natural e residente na freguesia de Montaria do concelho de Viana do Castelo. Serviu na CArt 1701 em Angola. Faleceu a 20-10-2021 com 75 anos.

António Oliveira Marques, associado 907, natural da freguesia de Silgueiros do concelho de Viseu, residente na freguesia de Olivais do concelho de Lisboa. Serviu na CCav 677 na Guiné. Faleceu a 21-10-2021 com 78 anos.

Américo Ferreira Coelho, associado 4072, natural e residente na freguesia de Gandra do concelho de Paredes. Serviu na CCaç 2758 em Moçambique. Faleceu a 27-10-2021 com 74 anos.

João Martins Marques, associado 15274, natural e residente na freguesia de S. Salvador do concelho de Ílhavo. Serviu no Pelotão de Morteiros 21 do BCaç 141 em Angola. Faleceu a 12-11-2021 com 82 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

FELISMINA CABRITA FLORINDO DIAS CORREIA • MARIA OTÍLIA PACHECO VICENTE FREITAS • FRANCISCO JOSÉ SILVA ROCHA • ANA ROSA MARTINS FERREIRA • ARMINDA COSTA MAGALHÃES SILVA JOSÉ SOUSA • JOSÉ MODESTO RAMOS ARAÚJO • MANUEL BARROS COSTA • MANUEL VENTURA MOREIRA • MARIA ADELAIDE PEREIRA SOARES • MARIA ALICE BASTOS GRADIM • MARIA LURDES LOPES MEDEIROS • PRECIOSA CONCEIÇÃO OLIVEIRA PEREIRA ROCHA SILVA • OLÍVIA CONCEIÇÃO SANTOS PEREIRA TEIXEIRA • OTÍLIA ADELAIDE RIBEIRO MARTINS • ZÉLIA SOUSA MARTINS • JOSÉ GONÇALVES RELVAS • MARIA NEVES BATISTA • JOÃO FERNANDO LIMA SCHWALBACH • MÁRIO ANSELMO SÁ BARBOSA NOVO • ELIAS JEMUSSE

Editorial

Textos fundamentais

Por Direcção Nacional

O acumular dos afazeres do dia-a-dia leva-nos muitas vezes a esquecer o fio condutor da nossa acção, ou mesmo os fundamentos dessa acção.

Entre nós, e nas mensagens para o exterior, é frequentemente mencionado, e com toda a justiça, o Decreto-Lei n.º 43/76 como "*a nossa constituição*". O que é uma postura correcta: não só a reafirmação das nossas origens, como da nossa fundamentação jurídica, e ainda como a base inalienável dos nossos direitos.

A nossa "*constituição*" data de 20 de Janeiro, sendo portanto anterior à Constituição da República, aprovada e promulgada a 2 de Abril desse ano. Se analisarmos os dois conteúdos, ressalta a identidade de objectivos, no que respeita à cidadania e dignidade humana.

A ADFA surgiu menos de um mês depois do 25 de Abril, demonstrando como a nossa causa tinha tido uma evolução paralela com a caminhada para a Democracia. O curto espaço que medeia entre os dois textos fundamentais demonstra a convergência na luta pela cidadania plena.

Em regra, os preâmbulos dos diplomas legais encerram as linhas gerais do seu conceito e dos seus objectivos. No preâmbulo da actual Constituição dizia-se que se tinha em vista "*a construção de um País mais livre, mais justo e mais fraterno*", e no artigo 1.º, que "*Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária*".

A deficiência era também tratada no artigo 71.º, do qual se salienta, no número 1, que "*os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados*". O que correspondeu, no Exército, à opção pela continuação ao serviço activo, até para grandes deficientes (com a conhecida excepção das praças).

Mais se dizia que "*o Estado obriga-se a realizar uma política nacional… de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias*".

Significa isto que o apoio devido aos deficientes militares deriva de duas imposições legais: a constitucional, do apoio devido a todos os deficientes, e a decorrente da Lei, quanto ao direito à reparação, reabilitação e reinserção devida aos que se sacrificaram ao serviço da Nação, da qual resulta a responsabilidade do Estado para com os seus cidadãos.

O mesmo se poderia dizer quanto à ADFA, como instituição. No número 3 do mesmo artigo 71.º, dizia-se que "*o Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência*". Para além deste preceito genérico, a ADFA tem-se substituído ao Estado na prestação de cuidados aos deficientes militares, por falta de atenção ou incúria por parte deste, e essa actividade tem de ser reconhecida e ressarcida. Os meios que nos vêm do Governo não podem ser considerados um subsídio: são um pagamento por serviços prestados, consignados na Constituição e nas Leis, e portanto nem podem ser objecto de negociação.

Episódios

Optimismo galopante

Por Nuno Santa Clara

"*Elas saem de onde menos se espera*". Se não acreditam neste velho aforismo, leiam esta "estória" verídica.

Dois dos nossos camaradas regressavam de Hamburgo, depois do tratamento e recuperação naquele Hospital, que tantas recordações deixaram nos DFA que por lá passaram.

Muitas recordações, mas infelizmente poucos ensinamentos. Basta ver o que se passa ainda hoje na atribuição de próteses para perceber o que se pretende dizer com esta frase.

O avião C-160 Transall da Força Aérea Alemã que os transportava de regresso a Portugal foi desviado da pista das OGMA de Alverca para a Base de Beja, por razões meteorológicas, mas lá chegaram a salvamento.

Ou nem tanto, porque não estava ninguém à espera deles. E ali ficaram, dois amputados no meio da pista, com as bagagens ao lado, à espera de solução.

Ao fim de algum tempo, um elemento da FAP, depois de instado, lá se resolveu a recolhê-los no Clube de Oficiais, à falta de melhor, enquanto as diligências complexas e insondáveis do Exército iam tentando resolver este imprevisto.

Agora algo humanizado, o tal elemento da Base foi indagando do que se passava, porque estavam ali, para onde iam. Os nossos camaradas lá foram respondendo, algo ressentidos pela recepção pouco amigável.

Depois de contada a história do tratamento no Hospital e das próteses aplicadas, o tal senhor fez a pergunta capital: "*então quando é que ficam bons?*"

Difícil resposta.

Até que perceberam a pergunta: quando é que ficariam bons das pernas?

Pausa para reflectir, e evitar desaguisados.

E o mais ponderado (e mais calmo) lá respondeu: "*você pensa que sou algum caranguejo?*"

Supor que uma perna amputada iria renascer é um caso de optimismo galopante.

Optimismo, porque a esperança é a última a morrer.

Galopante, porque expressa por uma cavalgadura.

COLUNA DO ZANGÃO

São tantos os que não se esquecem do aniversário de Cristo!
São tão poucos, os que não se esquecem dos seus preceitos.
É mais fácil manter as férias do que os princípios

BENJAMIN FRANKLIN (1706-1790)

Querido menino Jesus,
Mais uma vez Te escrevo, sempre com a esperança que a Tua divina bondade possa trazer a paz e a justiça de que tanto carecemos.
Pensar que o Pai Te enviou para salvares a humanidade e afinal tiveste uma morte horrível, foste humilhado, vilipendiado, injuriado, crucificado em prol da salvação dos homens. E para quê? Para que um mundo melhor possa existir?
Mais de dois mil anos se passaram e, a única coisa que mudou foi o refinamento do agiotismo, do *"sem escrúpulos"*, do esmagar o próximo.
Será que a divina esperança de um mundo melhor, mais fraterno e solidário é possível?
A resposta é afirmativa, mas a vontade dos grandes, dos poderosos, dos decisores, é negativa.
Que vemos nos nossos dias?
Há patrões que querem despedir empregados e desejam que, em vez deles serem indemnizados, seja a entidade patronal a receber uma compensação dos funcionários dispensados.
Como é possível que um mendigo seja detido porque se apropriou de uns bens alimentares que lhe permitam saciar a fome, seja entregue às autoridades, enquanto banqueiros, e grandes magnatas continuem a cometer, impunemente, toda a classe de ilegalidades, recebendo verbas de aforristas e que estes tenham que esperar décadas até saberem se são ressarcidos ou não, com poucas ou nenhumas esperanças.
Senhor, são muitas as manifestações públicas a favor das denominadas minorias. Não é que não tenham todos os direitos, mas, as maiorias carenciadas continuam no anonimato.
Constantemente vemos notícias de manifestações contra a violência de animais. Contra o consumo de carne animal. Se a memória não me atraiçoa, não me lembro de manifestações contra a captura de espécies piscícolas, sardinhas, carapaus, pescadas, etc. etc.
E manifestações contra a pedofilia? Contra a violência doméstica? Contra a violência aos filhos? Contra a violência aos mais velhos? Contra os pais e avós?
Senhor, será que Deus Pai foi demasiado crédulo?
Estamos na época natalícia, cada vez começa com maior antecedência. Este ano começou na primeira quinzena de Novembro, mais de um mês antes data do Teu nascimento.
Sabes Senhor, no teu tempo não existiam transações comerciais tão direccionadas e aguerridas.
Cada vez mais, a celebração do Teu nascimento não passa de uma actividade mercantil devidamente estruturada cujo principal e único objectivo é o lucro, a expansão concorrencial em que cada vez mais *"os maiores engolem os mais pequenos"*.
Senhor Jesus, sabes quanto se gasta no meu pequeno e pobre País, nesta época de quase dois meses?
Gastam-se milhões.
Sabes Senhor, não sou contra esses adereços, mas francamente com tantos idosos que vivem sozinhos, com reformas diminutas, que são *"obrigados"* a refeições pouco nutritivas, com pessoas com doenças graves que não podem adquirir os medicamentos de que carecem devido ao preço dos mesmos, não seria melhor menos lâmpadas e mais atenção aos carenciados?
E ainda há mais. Tu, que apregoaste o perdão, a fraternidade, o amor entre a humanidade, em Teu nome foram-se instituindo *"igrejas"* que se digladiam porque cada uma quer ter mais Cristo que as outras congregações.
E isso perdura até aos nossos dias.
Nos primeiros séculos da *"Era Cristã"* começaram a surgir as *"igrejas"* e a inevitável ânsia de poder e ostentação que ainda hoje perdura.
Entre o primeiro e segundo século dá-se início à *"hierarquia cristã"*. Nomeia-se o Apóstolo Pedro como o primeiro papa. Pobre Pedro; há uma fortíssima probabilidade de em vida não ter sabido do cargo que lhe foi atribuído.
E depois vem a imposição.
Tu, Senhor, pregavas o amor ao próximo, o perdão, a igualdade e a fraternidade.
Alguns dos Teus *"ilustres seguidores"* tinham opiniões mais radicais.
Irineu, Bispo de Lyon (séc. II), foi um feroz opositor contra os que ele considerava defensores da *"heresia do gnosticismo"*.
Segundo Irineu, que terá vivido no séc. II da nossa era, *"a única forma de os cristãos se manterem unidos era aceitarem humildemente uma autoridade doutrinária dos concílios episcopais"*.
Clemente I - séc. I - bispo de Roma, o quarto papa (considerando o Apóstolo Pedro como o primeiro), tinha uma atitude mais *"incisiva"*. É-lhe atribuído que proclamava que o Deus de Israel é o único. Na sua teologia defende que Deus delega a sua autoridade governativa a regentes e a líderes na terra.
E quem são os regentes e líderes. Além de Clemente são os bispos, padres e diáconos e quem se recusar a vergar o pescoço e a obedecer aos líderes da igreja é culpado de insubordinação contra o próprio Mestre Divino.
E por aí.
O Zangão deseja a todos um Natal muito feliz e um 2022 pleno de saúde!
Ao nosso muito especial amigo Sarg. Barata, aquele reconhecido e fraternal abraço. Um natal pleno de felicidade e um ano novo com muita saúde, paz e amor, obviamente extensivo aos teus familiares.
Esta não é apenas a opinião do Zangão, mas de todos os camaradas e familiares que sempre encontraram atenção, solidariedade, disponibilidade e amizade.
Muito obrigado,

Victor Sengo

DELEGAÇÕES CONTACTOS

Açores
Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel - 9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança
B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d'Água
5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco
Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F
3000-177 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644

Évora
Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão
Centro Coordenador de Transportes - Loja 1
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323

Faro
Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa
Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira
Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto
Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal
Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu
Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu
secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com

Lisboa

Conselho da Delegação

O Conselho da Delegação de Lisboa, que se realizou no dia 15 de Novembro, aprovou por unanimidade o Plano Operacional e o orçamento para o ano de 2022.
A Direcção da Delegação de Lisboa informou todos os conselheiros e os representantes dos Núcleos sobre as propostas apresentadas à Direcção Nacional aprovadas na última reunião de associados.

Mensagem de Natal e Ano Novo

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa desejam a todos os associados, trabalhadores e famílias um Feliz Natal e um próspero ano de 2022.
Os anos de 2019, 2020 e 2021 foram atípicos. Esperamos que no ano 2022 possamos todos retomar a nossa vida com normalidade para podermos realizar os convívios associativos como tem sido habitual todos os anos na ADFA.

Francisco Janeiro,
presidente da Direcção da Delegação de Lisboa

COVID impede reunião

No passado dia 23 de Novembro, na Sede da ADFA, e tal como foi anunciado no último ELO, estava agendada a realização de uma reunião de associados com a seguinte ordem de trabalhos: Saúde - Portaria 1034/09 – ADSE; Processo reivindicativo – associados que recebem menos que o ordenado mínimo nacional; Viúvas com pensões degradadas; Ex-furriéis, segundos sargentos e DFA; DL 503/99 – continuamos a aguardar pela conclusão de muitos processos; Agilização de processos em fase de conclusão.
A reunião acabou por não se realizar devido a um caso positivo de COVID-19 entre os trabalhadores, o que implicou o encerramento temporário das instalações da Delegação de Lisboa, exactamente no dia 23 de Novembro, tendo a Direcção enviado um SMS a desmarcar a explicar o sucedido.
Uma nova reunião aguarda ainda agendamento, para data a divulgar. Os pontos a discutir eram os mesmos da reunião do dia 14 de Outubro, que entretanto originaram a solicitação de várias reuniões com a Direcção Nacional.
Os associados interessados podem contactar o número 919 413 356 para informações mais pormenorizadas.
"*Jamais deixaremos de reivindicar aquilo a que temos direito*", salientou o presidente da Delegação, Francisco Janeiro, acrescentando as reivindicações que foram sendo apuradas nas diversas reuniões já realizadas:
- Que ninguém receba menos que o Ordenado Mínimo Nacional;
- Que as viúvas não sejam esquecidas e que lhes seja atribuída uma pensão digna, até porque foram cuidadoras das vítimas da Guerra Colonial;
- Que os processos com mais de dez anos (cartão de lista verde) sejam reabertos sempre que os associados entendam que o devam fazer;
- Que os processos que foram homologados pela Junta Militar não possam ser alterados pela Caixa Geral de Aposentações e que a CGA, ao fim de 90 dias, inicie os pagamentos das pensões devidas aos nossos associados;
- Que a saúde (Portaria 1034/09) continue a 100%, tal como ficou aprovado na Assembleia da República, em 2009;
- Revisão dos processos dos Ex-furriéis, segundos sargentos e DFA.
"Não podermos deixar que se esqueçam de nós, porque fomos obrigados a ir para a Guerra Colonial, quando foi necessário pegar em armas e ir para a frente de combate e desenterrar minas", explicou o dirigente.
"*Tudo faremos para que, no próximo Orçamento Geral do Estado, os requisitos tenham cabimento orçamental*", resumiu ainda Francisco Janeiro, destacando que "*há que exigir, persistir e jamais desistir*".
O presidente da Delegação deixou uma recomendação final: "*que ninguém fique a dormir,* à *espera que tudo venha ter consigo. Quem não luta não acorda*".

Dia de Finados

A Direcção da Delegação de Lisboa esteve presente na cerimónia do Dia de Finados no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, no dia 2 de Novembro, por convite da Liga dos Combatentes, tendo deposto uma coroa de flores no Monumento dos Mortos.

Informação aos associados

Na tentativa de actualizar os dados nos processos e fichas de associado, solicita-se aos associados que entrem em contacto com a Secretaria da Delegação de Lisboa, pelo número 217 512 630, para que seja possível verificar se a ficha de associado se encontra completa.
Este procedimento prende-se com a necessidade de manter todos os dados atualizados, a fim de melhor poder defender os direitos dos associados.
A Delegação de Lisboa agradece a colaboração de todos.

Pagamento de quotas

A Delegação de Lisboa informa os associados que poderão efectuar o pagamento das suas quotas através de transferência bancária em qualquer caixa multibanco, através do NIB 0036 0071 9910 0079 848 77.
Para que posteriormente seja enviado o respectivo recibo, os associados devem conservar o talão do multibanco que serve de comprovativo de pagamento.

Contactos úteis

Serviço de Apoio ao Associado
Inês Martins - ines.martins@adfa-portugal.com – 217 512 630/934 004 725
Pedro Rodrigues (coordenador) - secretaria.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 625/937 534 192
Serviços Clínicos
Paula Vicente - serviços.clinicos@adfa-portugal.com – 217 512 612/925 987 469
Serviço de Acção Social/PADM
Ana Machado, assistente social - serviço.social@adfa-portugal.com – 217 512 622/917 365 357 - ana.machado@padm.crpg.pt – 917 365 357
Rede Nacional de Apoio (RNA)
Teresa Infante, psicóloga clínica - t.infante@adfa-portugal.com – 217 512 666
Direcção da Delegação
Francisco Janeiro, presidente – 919 413 356
Isabel Franco - direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com – 217 512 615/932 323 012

Núcleo de Sintra

A Delegação de Lisboa informa os associados da área geográfica do Núcleo de Sintra que esta estrutura associativa reabre todas as Segundas-feiras, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.
O contacto do presidente do Núcleo de Sintra, Agostinho Mesquita, é 918 425 843.

Actividades ainda suspensas

A Delegação de Lisboa informa que as actividades de Pintura, Hidroginástica e Ginástica (Re)Adaptada continuam suspensas, por razões de distanciamento sanitário e prevenção da COVID-19, aguardando informações da Direcção-Geral da Saúde para que sejam retomadas.
A Direcção da Delegação de Lisboa informará os associados logo que seja possível retomar estas actividades de lazer, cultura e bem-estar.

A Direcção da Delegação

Porto

Centro Associativo e Social do Porto

O Centro Associativo e Social do Porto vai em breve acolher os serviços associativos, o Centro de Documentação e Memória e a estrutura gestora da Delegação do Porto.
Esta obra foi realizada graças ao espírito de solidariedade dos associados da região da Delegação, cujos contributos foram relevantes, assim como graças aos apoios da Câmara Municipal do Porto, da Junta de Freguesia de Ramalde e de várias empresas, algumas das quais ligadas a associados.
Assim que as condições sanitárias o permitam, realizar-se-á a cerimónia de inauguração, anunciada com tempo, para que os associados possam participar.

47.º Aniversário em tempo de pandemia

A comemoração do 47.º Aniversário da Delegação, pelo segundo ano consecutivo, ainda não será assinalada com o programa que os associados desejavam.
A pandemia continua neste tempo de inverno ainda muito activa. Embora os efeitos das vacinas permitiram uma melhor protecção, os receios de contágio preocupam, sobretudo, as pessoas de maior fragilidade.
Mesmo assim, o programa constará de uma cerimónia de evocação dos associados falecidos, nas instalações da Delegação, e o almoço diário será uma forma de assinalar este marco histórico fundador da ADFA no Porto, de grande significado para os associados.
Em 7 de Dezembro de 1975 foi comemorado o primeiro aniversário da Delegação do Porto, em ambiente de confraternização e de camaradagem.
Como forma de reviver os acontecimentos que estão na origem da sua criação, transcreve-se parte do texto referido no capítulo IV do Livro da ADFA "*Deficientes das Forças Armadas – A Geração da Ruptura*":
"Um traço marcante da Delegação, ao longo dos seus mais de 40 anos, foi a defesa e prática de uma acção descentralizada, quer a nível nacional quer no âmbito da sua área geográfica. Há mais de vinte anos que, no primeiro sábado de cada mês, a sua Direção reúne com os associados, prática que se tem revelado importante na motivação e participação.
Com o mesmo objetivo, criou uma rede intradelegação, construída na base da militância, através da qual todos participam em igualdade de condições, independentemente dos seus locais de residência.
Esta rede, que tem garantido a igualdade de participação dos associados na vida associativa, é constituída por dois núcleos institucionais em Chaves e Santa Maria da Feira, cada um com as suas especificidades, e um conjunto de estruturas locais, num modelo mais ligeiro e menos institucional, designadas por núcleos informais, com focos aglutinadores em Santo Tirso, Vila do Conde, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Lixa, Lordelo e Paredes, Penafiel, Castelo de Paiva, Amarante, Cabeceiras de Basto, Vila Real, Peso da Régua e Arouca. Foi nestas localidades que se realizaram centenas de reuniões, graças ao excelente relacionamento e cooperação com associações humanitárias de bombeiros voluntários, autarquias locais e associações congéneres.
Esta prática levou os associados a sentirem-se mais próximos da delegação e da ADFA. À medida que os anos foram passando e as dificuldades de mobilidade se foram acentuando, foi desta forma que se mantiveram informados, motivados e ativos, tomando parte nas dinâmicas associativas."

Notícias breves

Homenagem a Pires Veloso

No dia 24 de Novembro realizou-se uma homenagem ao Brigadeiro Pires Veloso que, nos últimos anos de vida, se filiou na ADFA como Associado.
A ADFA fez-se representar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Joaquim Póvoas, e pelo Presidente da Direção da Delegação, Abel Fortuna, na cerimónia que teve lugar no Palácio da Bolsa, no Porto.

Dia do Comando do Pessoal

No dia 26 de Novembro teve lugar, no Comando do Pessoal do Exército, a comemoração do seu "*Dia da Unidade*".
A ADFA fez-se representar pelo presidente da Direcção Nacional, Nuno Santa Clara Gomes, e pelo presidente da Direcção da Delegação, Abel Fortuna.
Este evento, que se iniciou no dia 25 com um Concerto na Casa da Música, proporcionou contatos com as chefias militares e outras instituições presentes.

Fundação Manuel António da Mota

No dia 28 de Novembro realizou-se, no edifício da Alfândega do Porto, o acto de entrega dos prémios da Fundação Manuel António da Mota.
A ADFA fez-se representar pelo secretário da Direção da Delegação, Leonel Pereira.

Ministra visita CRPG

No dia 3 de Dezembro teve lugar a visita da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), com o objectivo de dar a conhecer as actividades deste centro e os seus projectos.
A ADFA fez-se representar pelos elementos da Direcção da Delegação, Abel Fortuna e Leonel Pereira.

Convívios cancelados

Os convívios de Natal a realizar pelos Núcleos de Santa Maria da Feira e pelos associados do distrito de Viana do Castelo vão ser cancelados, por força das condições sanitárias, decorrentes do agravamento da pandemia.
O mesmo sucedeu com o habitual jantar comemorativo do 47.º Aniversário da Delegação do Porto.
A Direcção da Delegação do Porto

Elo
ESTE ESPAÇO PODE SER SEU!
PUB

Bragança

Boas Festas

Estimados associados e famílias, esperamos que se encontrem bem e de plena saúde!
Este ano, foi mais um ano atípico, no qual, devido à pandemia de COVID-19, ainda não pudémos estar juntos como gostaríamos, para conviver como a "*família*" que somos. Contudo, temos pois a esperança num novo ano melhor, com muita saúde para todos.
Temos que continuar a lutar, a ter cuidado para que dias melhores cheguem.
A Direcção da Delegação de Bragança vem, assim, desejar Boas Festas a todos os associados e respectivas famílias, para que recebam muita luz, fé, esperança e muitas coisas boas.
Que o novo ano que se avizinha traga boas novas e venha repleto de paz, saúde e felicidade.

Encerramento para férias

A Delegação de Bragança informa os nossos associados que a Sede da Delegação estará encerrada no período de 20 de Dezembro a 24 de Dezembro, para férias da funcionária, reabrindo os seus serviços no dia 27 de Dezembro (Segunda-Feira).
Para qualquer urgência, os interessados devem contactar o número 968 248 060.
A Direcção da Delegação de Bragança

Évora

Almoço de Natal

Infelizmente, ainda não será este ano que a pandemia nos vai deixar organizar o nosso habitual convívio natalício. Esperamos e desejamos retomar esta festa dos associados no próximo ano.
Para este ano, não queremos deixar de assinalar a festividade e vamos fazê-lo no nosso habitual almoço de fim do mês, em 18 de Dezembro, no restaurante da nossa Sede da Delegação de Évora.
As inscrições podem ser efectuadas até ao dia 16 de Dezembro (Quinta-feira), com o custo de 14,00 euros por pessoa.

A Direcção da Delegação de Évora

Famalicão

Funcionamento da Delegação

Desde 1 de Outubro último, a porta de entrada localizada nas traseiras da Sede da Delegação de Famalicão passará a estar aberta aos associados. Na antecâmara, os visitantes terão que tocar à campainha para que a porta seja aberta e acederem ao interior.
A Delegação de Famalicão informa que as obras que estão a ser realizadas na Central de Camionagem onde a sua Sede está integrada têm os meses de Março ou Abril de 2022, como data prevista de conclusão. Até lá, os acessos e funcionamento da Sede da Delegação de Famalicão continuam a ser os que têm sido divulgados no ELO.
A Delegação informa os associados que continua a ser necessário o pedido de atendimento presencial, por marcação prévia, por correio electrónico, indicando o motivo do pedido.
A Delegação alerta que a pandemia de Covid-19 continua activa, porém mais controlada, continuando a haver risco de contágio, mesmo para vacinados, pelo que apela a todos para que evitem deslocações desnecessárias, e os possíveis contágios, para que todos fiquem um pouco mais protegidos.
A máscara, a regular desinfecção das mãos e o distanciamento social continuam a ser medidas sanitárias obrigatórias dentro das instalações da ADFA em Famalicão.
Os Órgãos Sociais da Delegação agradecem a colaboração, compreensão e boa vontade dos associados e familiares, "*no sentido de todos trabalharmos o melhor possível sem correr riscos desnecessários*".
Os contactos da Delegação são os seguintes: e-mail secretaria.famalicao@adfa.org.pt e telefone 252 322 848. Caso o contacto não seja atendido, a Delegação de Famalicão retribui a chamada.

Serviço Médico

Na Delegação de Famalicão, o médico continua a dar consulta às Sextas-Feiras de tarde, com início às 14h00. É necessário marcar a consulta atempadamente, junto dos Serviços de Secretaria, via telemóvel, para os números 919 594 527 ou 252 322 848, ou via correio electrónico.
A Direcção da Delegação de Famalicão

Coimbra

Almoço de Natal cancelado

Os Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra lamentam a não realização do tradicional almoço de Natal, devido ao agravamento da pandemia.
Sendo assim, a Delegação de Coimbra pede desculpa a todos os associados e seus familiares por tal constrangimento.

Pagamento de quotas

A Direcção da Delegação de Coimbra apela aos associados para que, no cumprimento do dever associativo, procedam à regularização do pagamento das suas quotas. Informa-se que o valor anual para o ano de 2021 é de 84,00 euros.
Para o efeito, basta contactar a Delegação pelos números 239 814 644 ou 917 770 241 ou endereço electrónico **secretaria.coimbra@adfa.org.pt** e proceder ao respectivo pagamento através do seguinte IBAN: PT50 0035 0740 0000 4368 5306 7, devendo o mesmo ser devidamente identificado.

ADM - Validade dos cartões

A Direcção da Delegação apela aos associados para que verifiquem a validade dos seus cartões ADM e para que solicitem a sua revalidação com, pelo menos, três meses de antecedência.
A Direcção da Delegação de Coimbra

Faro

Pagamento de quotas

A Direcção da Delegação de Faro apela aos associados para continuarem a apoiar a ADFA, mantendo as suas quotas em dia. Os associados podem pagar as suas quotas na Sede da Delegação ou por transferência bancária. Para qualquer esclarecimento, os interessados devem contactar a Delegação pelo telefone 289 828 515. A Direcção da Delegação de Faro sublinha que "*manter as quotas em dia contribui para a manutenção da ADFA, que lutou e continua a lutar pelos direitos de todos os deficientes militares*", e que "*todos temos o dever de contribuir para uma ADFA mais forte, para continuar a lutar pelos nossos direitos. Juntos, somos mais fortes*".

Feliz Natal

No momento em que se encerra mais um ano, a Delegação de Faro agradece a todos os que contribuíram para que a Associação continue a sua missão de lutar pelos direitos dos deficientes militares.

Desejamos-lhes um Feliz Natal e um final de ano repleto de luz, saúde e felicidade.
Boas festas!

Cartões ADM

A Delegação de Faro alerta os associados para que verifiquem a validade dos seus cartões ADM e, se necessário, fazerem a sua renovação com a antecedência mínima de três meses.
A Direcção da Delegação de Faro

Viseu

Opinião

Tempo de luta

A vida é uma constante actualização de tudo que nos vai acontecendo todos os dias, hora a hora, em todos os minutos e segundos. Se pensarmos bem, e connosco na Guerra Colonial aconteceu, num segundo se perdia uma vida, e, nas nossas vidas, na guerra e nestas guerras da deficiência, a tudo assistimos.
Por isso, a vida é uma luta constante por melhores condições de vida e principalmente para os jovens que foram chamados a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, com 18, 19 e 20 anos de idade, e ai de quem não fosse, o regime de ditadura não brincava, e se não íamos a bem, íamos a mal, obrigados a combater na Guerra Colonial, a defender Portugal, em lutas terríveis, na defesa das populações, pessoas e bens do que era o território nacional. Assim era para estes jovens dos anos 60/70 do século passado, mas ainda alguns vivos, a sofrer, mutilados e doentes, sofrendo e fazendo sofrer numa altura em que todos, mas todos os soldados de Portugal e suas famílias merecem, por direito, estar a ter uma velhice tranquila, digna de quem deu os melhores anos da sua vida à Pátria e hoje ainda se encontra na luta pelo reconhecimento dos seus justos direitos.
A ADFA parece jovem, ainda hoje a adaptar-se a certas mudanças, com nova Direcção, novos Órgãos Sociais Nacionais, a querer cumprir as decisões da Direcção Nacional e AGNO anterior, e com isso fazer ver ao Governo a razão dos direitos de toda a família deficiente militar, de forma a que ninguém fique para

trás. Mas para isso, é preciso fazer o Governo aprovar legislação que abranja todos, já, antes que seja tarde demais, para que não aconteça o que já aconteceu á maior parte da família deficiente militar, que partiu sem ver os seus direitos reconhecidos.
Vai a ADFA ter um Conselho Nacional (4 de Novembro) e no princípio do ano uma Assembleia-Geral Nacional, para que não aconteça o mesmo que as Assembleias anteriores, nesta que seja apresentado, pela Direcção Nacional, todo o conjunto legislativo a fazer aprovar pelos Governos e a garantia dos direitos adquiridos, incluindo a saúde a 100% em todo o Portugal, fazendo com que o Estado seja o garante das comparticipações em todas as consultas, medicamentos e exames de actos médicos, como acontece nos grandes centros de Lisboa e Porto, já que em Coimbra, em muitos casos, está a acontecer o mesmo que acontece no resto do País, em virtude dos estudos e mais estudos mandados efectuar pelo Governo fazendo acabar com praticamente todas as especialidades de extrema importância e necessidade para a família deficiente militar, tudo fazendo crer que nesta região a família deficiente militar não tem direitos, quando cumpriu o dever, como todos os outros.
Daqui lançamos o repto de que "*só não vence quem desiste de lutar*". Força, Direcção Nacional, estamos unidos na luta! Feliz Natal e próspero Ano de 2022!

Dia do Armistício

Foi no dia 11, às onze horas, do mês de Novembro de 1918 (11/11/1918), que foi assinado o Armistício, pondo assim fim à Primeira Grande Guerra, que matou milhões de soldados e civis e deixou muitos mutilados e estropiados.
Para comemorar esta data, a Liga dos Combatentes efectuou uma cerimónia de homenagem e de louvor pelo fim daquela que foi a pior guerra da humanidade e por ter impedido que mais mortos e mutilados continuasse a fabricar.
A missa foi celebrada pelo capelão, seguida de deposição de uma coroa de flores junto do Monumento ao Soldado Desconhecido, em Viseu.
Estiveram presentes na cerimónia as mais altas individualidades civis e militares, e público em geral. A Delegação de Viseu representou a ADFA nesta evocação e homenagem.

Cerimónia Militar do Dia dos Finados

Realizou-se, no dia 3 de Novembro, a Cerimónia Militar do Dia dos Finados, no Cemitério Municipal de Viseu, com a realização de uma eucaristia com honras fúnebres, a que se seguiu a cerimónia de homenagem aos mortos em defesa da Pátria, com colocação de uma coroa de flores no Talhão dos Combatentes.
A Delegação de Viseu representou a ADFA nesta cerimónia.

Almoço-Convívio de Natal

Mais um Natal, mais um ano que passa sem que nos possamos encontrar devido à pandemia, que não nos larga e que assim nos priva de efectuar o encontro-convívio e almoço de Natal, que tão bem faria a todos nós, para nos encontrarmos em família, nesta também grande família que é a ADFA.
Vamos ter esperança para que em Maio, no nosso aniversário, possamos estar todos.
Até lá, um abraço do tamanho do mundo, com os desejos de muita saúde para todos e votos de um Santo e Feliz Natal e próspero Ano Novo.

Faleceu o presidente do Núcleo da Guarda

A Associação lamenta o falecimento de mais um dos seus dirigentes, associado e presidente do Núcleo da ADFA na Guarda, Carlos Alberto Santos Almeida, de 82 anos, no dia 15 de Novembro último, no Hospital Sousa Martins, na cidade da Guarda, vítima de doença pulmonar prolongada.
O associado n.º 8.672, Carlos Almeida, natural de Vale de Estrela, concelho da Guarda, desempenhava, há cerca de cinco anos, funções como presidente do Núcleo da ADFA naquela cidade.
A Associação enviou uma Nota de Condolências à família enlutada, ao Núcleo da Guarda e à Delegação de Viseu, expressando o seu "*profundo pesar e sentidas condolências*" e lembrando que "*a força da ADFA tem os seus alicerces nos seus Associados, na sua intervenção e participação, especialmente dos dirigentes como Carlos Almeida, que abnegadamente se dedicam à nobre missão de defender os justos direitos de todos os deficientes das Forças Armadas*".
Para a Associação, "*são associados com a têmpera de Carlos Almeida que fazem desta caminhada associativa de quase 50 anos um exemplo de Solidariedade, de Cidadania e de Liberdade, no esteio dos valores de Abril e nunca esquecendo «a força justa das vítimas de uma guerra injusta», para a reparação moral e material dos que tanto sofrem com as consequências do serviço militar obrigatório na Guerra Colonial*".
A ADFA destacou e louvou a generosidade e a dedicação do associado e dirigente Carlos Almeida, que desempenhava funções num importante pólo de ligação dos associados com a estrutura associativa.
A ADFA esteve representada nas cerimónias fúnebres que se realizaram em 16 de Novembro, em Vale de Estrela, Guarda, pelo presidente da Direcção da Delegação de Viseu, João Gonçalves.
À família do associado e dirigente Carlos Alberto Santos Almeida a ADFA endereçou "*um fraterno abraço de Amizade, de Solidariedade e de Reconhecimento, com profunda gratidão e orgulhando-se do brilho da sua dádiva à Associação*".
Que descanse em Paz.

Tomada de Posse

A Delegação de Viseu realizou a cerimónia de Tomada de Posse dos seus Órgãos Sociais de Delegação, para o triénio 2022/2024, no dia 28 de Outubro, nas instalações da Sede da Delegação, como o ELO noticiou na sua última edição.
Uma vez que, por lapso, não foi publicada a respectiva fotografia, o ELO apresenta as suas desculpas e dá nota dessa imagem para a posteridade.

Pagamento de Quotas

A Delegação de Viseu apela ao pagamento das quotas.
Os associados podem efectuar o pagamento das suas quotas através de cheque, vale postal, transferência bancária ou multibanco, através do IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803, ou directamente na Sede da Delegação. O valor das quotas para o ano 2021 é de 84,00 euros.
Quotas em dia, direitos assegurados!

A Direcção da Delegação de Viseu

Audiência no IASFA

FOTOS RAFAEL VICENTE

A ADFA foi recebida em audiência pelo presidente do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), tenente-general Fernando Campos Serafino, no dia 22 de Novembro, nas instalações da antiga Cooperativa Militar, na rua de S. José, em Lisboa. O presidente do IASFA, acompanhado pelos chefes de serviço, receberam a delegação da ADFA, que foi composta pelo presidente da DN, Nuno Santa Clara Gomes, pelo secretário da DN, Manuel Lopes Dias e pelo tesoureiro da DN, Cândido Patuleia Mendes.

A DN apresentou os problemas que se prendem com a prestação de apoio aos associados e famílias, e em especial a questões do fornecimento de ajudas técnicas e assistência médica e medicamentosa aos DFA, nomeadamente a aplicação do disposto na Portaria 1034.

A DN vincou a necessidade de separar as prestações feitas ao abrigo do DL 43/76, que não podem estar limitadas por tabelas ou outras limitações por analogia com a ADM, uma vez que derivam de uma obrigação do Estado e não de uma acção social. Esse entendimento foi sublinhado pela atribuição directa ao Laboratório Militar das verbas para aquisição de ajudas técnicas. Foi manifestada a necessidade de separação das duas acções, a de reparação, a cargo do Orçamento do Estado, e a de apoio social, decorrente das quotizações para a ADM/IASFA.

O presidente do IASFA concordou com esta posição, mas recordou que os dois sistemas estão por vezes relacionados, como no caso da Portaria 1034, que, embora dirigida a deficientes militares (não só DFA) é gerida dela ADM, por disposição legal.

Falou-se também do problema dos atrasos de pagamento que tem levado à rescisão unilateral de muitos acordos. Esta situação torna-se mais difícil com a aplicação da Portaria 1034, já que os utentes ficam por vezes sem possibilidade de opção pelo HFAR ou pelo privado, como no caso de um tratamento já a decorrer. Do mesmo modo, esses atrasos têm prejudicado a ADFA, enquanto prestadora de serviços.

Grupo Parlamentar do PCP questiona o Governo

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português colocou um grupo de perguntas à ministra da Saúde sobre os "*atrasos significativos no agendamento de consultas em Juntas Médicas para avaliação de incapacidades*".

A iniciativa dos deputados comunistas Paula Santos, João Dias e Diana Ferreira, no dia 30 de Novembro, tem como base as informações publicadas na comunicação social no dia 16 de novembro, que revelam que "*o número de queixas à Provedoria da Justiça pelos atrasos na marcação de consultas em Juntas Médicas para avaliação de incapacidades aumentou substancialmente*".

Esclarecendo que em 2021 a Provedoria da Justiça recebeu 252 queixas, "*um número manifestamente elevado, quando comparado com o ano de 2019, em que a mesma Provedoria recebeu 36 queixas*".

O Grupo Parlamentar considera a situação "inadmissível" e "*de enorme gravidade para os utentes*".

A avaliação da incapacidade tem como último reduto a emissão de atestado médico de incapacidade multiuso.

Este atestado, para quem tem 60% ou mais de incapacidade, dá acesso a benefícios designadamente, na aquisição de viatura própria, isenção de IUC, cartão de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, produtos de apoio, isenção de taxas moderados, acesso à prestação social para a inclusão, entre outros.

O Grupo Parlamentar do PCP referiu ter também conhecimento das "*demoras significativas na marcação de consultas em Juntas Médicas cujo prazo ultrapassa largamente os 60 dias previstos pela legislação aplicável*", salientando que "*não pode de forma alguma ser afastada a necessidade da realização destas juntas médicas, tendo em vista a ser atestada a incapacidade e a consequente emissão do atestado de incapacidade multiuso*".

Por determinação do Governo, no artigo 5.° do Decreto-Lei n.° 10-A/2020, de 13 de Março, foi criado um regime excepcional de composição das juntas médicas de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência.

Para o Grupo Parlamentar do PCP "é essencial garantir que os cidadãos com deficiência têm acesso a todas as medidas e benefícios que contribuam *para a sua integração e inclusão e não que vejam negado o acesso a um conjunto de direitos exatamente por não terem a sua incapacidade comprovada por junta médica*".

Considera por isso "*urgente que sejam tomadas medidas que garantam o funcionamento das juntas médicas de avaliação de incapacidade, respondendo a todos os utentes, incluindo aos que não tiveram respostas desde as alterações ao funcionamento das Juntas Médicas*".

O GP PCP solicitou ao Governo que, através do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos: "*1. Que justificação apresenta o Governo para estes atrasos? 2. Qual o número de cidadãos que aguardam pela marcação da junta médica e qual o tempo de espera? 3. Reconhece que em consequência desta situação tem sido vedado o acesso a apoios e prestações sociais, benefícios fiscais, e demais direitos a estes cidadãos? 4. Que medidas vai o Governo tomar para assegurar a marcação e efetivação das juntas médicas de avaliação da incapacidade, com urgência?*"

Os deputados informaram a ADFA de que "*logo que nos seja dada resposta governamental a esta questão, dela daremos o devido conhecimento*".

Inauguração da nova Sede da ANS

No dia 6 de Novembro teve lugar a cerimónia de inauguração da nova Sede da Associação Nacional dos Sargentos (ANS), na rua Leopoldo de Almeida, no Lumiar, Lisboa. A ADFA esteve representada pelo presidente da DN, Nuno Santa Clara Gomes.

Durante as alocuções, o presidente da Direcção da ANS, António Lima Coelho, distinguiu a ADFA e o seu presidente, considerado como um "amigo de longa data".

No convívio que se seguiu houve oportunidade de contactar diversas entidades, nomeadamente os representantes da AOFA, da Associação de Praças, além da Associação Sócio-Profissional da Polícia, que se mostrou interessada em cooperar com a ADFA.

Numa breve troca de impressões com o presidente da ANS, foi notória a convergência de conceitos sobre os problemas dos DFA e da ADM/IASFA. Ficou assente uma colaboração mais estreita, até pela proximidade das duas Sedes.

Passe de Antigo Combatente

Os titulares do Cartão de Antigo Combatente e do Cartão de Viúva(o) de Antigo Combatente já podem requerer o Passe de Antigo Combatente. A notícia é de 15 de Novembro e cumpre o previsto na Portaria nº 198/2021, com o término do prazo de 45 dias concedido às diferentes entidades envolvidas no processo, nomeadamente o IMT, I.P, Áreas Metropolitanas (AM), operadores de transportes públicos de passageiros e entidades gestoras de sistemas de bilhética, para poderem adaptar os seus sistemas.
O Passe de Antigo Combatente é uma modalidade tarifária que confere uma isenção do pagamento do título mensal ou de utilização de 30 dias consecutivos, intermodal ou monomodal, vigentes nos serviços de transporte público de passageiros das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto ou Comunidade Intermunicipal do concelho de residência habitual do beneficiário.
Para pedir acesso ao Passe de Antigo Combatente, os beneficiários devem preencher o requerimento de adesão, disponível *online* e junto dos operadores de transporte, que deverá ser entregue acompanhado dos seguintes documentos:
- Cartão de Antigo Combatente ou Cartão de Viúva(o) de Antigo Combatente;
- Cartão de Cidadão ou outro título válido equivalente;
- Comprovativo de morada fiscal de residência habitual.

A operacionalização do Passe de Antigo Combatente é da competência da Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), das autoridades de transportes da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da Área Metropolitana do Porto (AMP) e do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.), no resto do País.
Na prática, os beneficiários terão acesso aos passes metropolitanos ou aos passes municipais ou aos títulos assentes em assinaturas de linha – que permitem deslocações entre uma origem e um destino específicos. No caso das assinaturas de linha, e só nestas, a gratuitidade abrange deslocações até ao escalão máximo de distância de 32Km, a contar da localidade de residência habitual do utente.
Mais informações sobre o Passe de Antigo Combatente podem ser consultadas nas páginas electrónicas das entidades competentes.

"Em nome da Lei"

A ADFA participa em programa radiofónico

A ADFA foi convidada a fazer parte do programa da Rádio Renascença "*Em nome da Lei*", difundido a partir das 12h00 de Sábado, dia 4 de Dezembro.
Aquele programa, conduzido pela jornalista Marina Pimentel e com uma duração de cerca de 50 minutos, versou a situação, ainda de grande abandono, dos antigos combatentes, apesar da publicação da Lei n.º 20/2020, de Agosto, tendo vindo a abordar, com maior incidência, o conjunto daqueles que foram afectados pelo Distúrbio Pós-Traumático do Stress (DPTS).
No programa a ADFA foi representada pelo seu tesoureiro da DN, Patuleia Mendes, também participando o general Chito Rodrigues, presidente da Liga dos Combatentes, a jurista Isabel Estrela, da Apoiar - Associação dos Antigos Combatentes Vítimas do Stress de Guerra, e o psicólogo Carlos Assunção, especializado no ramo do trauma, que deu testemunho da sua já larga experiência no acompanhamento dos antigos combatentes tocados pelo Stress de Guerra.
O general Chito Rodrigues salientou o conhecimento e apoio que a LC vem desenvolvendo nos dez pólos que distribuiu por todo o País, na missão de sinalização e apoio aos sujeitos àquele distúrbio, reconhecendo a bondade do labor que a sua instituição vem desenvolvendo.
A ADFA brandiu a execução das suas tarefas, num sentido mais lato, preocupando-se desde sempre com a sanidade física, mental, relacional e socio-laboral dos seus associados, mas tendo em linha de conta a correspondente função da sua reabilitação de corpo inteiro, nela integrando as vertentes pessoal e familiar.
A representante da Apoiar salientou a dificuldade que constituiu, inicialmente, a tarefa dos seus dirigentes e, elencando as áreas de transformação que eles arrostaram, insinuou que a eles se deveria a publicação da Lei n.º 43/99, que teria iniciado, com a criação da Rede Nacional de Apoio, o processo de acolhimento, à sua "*sombra*", dos atingidos pelo DPTS. Patuleia Mendes achou por bem intervir para afirmar que, talvez ainda com a designação de "*neurose de guerra*", a ADFA, naquela altura, já tinha tratado de variados casos de tal perturbação e que também tinha sido parte activa nos trabalhos que levaram à publicação daquela Lei.
Carlos Assunção salientou, da sua já longa experiência, as dificuldades, já reconhecidas por Isabel Estrela, em os molestados por aquela perturbação assumirem a sua existência e prevalência, tal como os problemas sérios dos afectados em "*segundo grau*" pela doença, ou seja, a própria família (mulheres e filhos). Falou depois da quase absoluta insistência da Junta Hospitalar de Inspecção (JHI), na atribuição a esta patologia de desvalorizações inferiores a 30%, o que impede os afectados de serem acolhidos ao abrigo das disposições do decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, ou seja, fora do estatuto e direitos dos DFA, o que os obriga a serem sujeitos a uma junta da Caixa Geral de Aposentações, a qual chega a atribuir-lhes uma incapacidade de "*0%*", o que, não só lhes retira o direito a usufruir de uma pensão, como os inibe da mera capacidade do acompanhamento e tratamento nos serviços de saúde das Forças Armadas.
O representante da ADFA não se conteve e interveio, afirmando que a Caixa Geral de Aposentações, que epitetou de "*A Soberana*", por se reconhecer e comportar acima de tudo e todos (da lei, dos tribunais, dos políticos e das associações), despreza e desvaloriza decisões médicas de outra instituição de idêntico valor. Casos há em que, quando as desvalorizações são inferiores a 30%, da qual deriva a qualificação de acidente em "serviço", aquela Junta permite-se atribuir, ainda assim, desvalorizações em percentagens inferiores.
"*Isto é perfeitamente inconcebível*", afirmou Patuleia Mendes, prosseguindo: "*como é possível que um cidadão, a quem os serviços e o ministro da Defesa reconhecem o nexo causal da deficiência que adquiriu, que, durante anos, é acompanhado pela clínica de psiquiatria e psicologia do Hospital das Forças Armadas, que o propõem a uma JHI com três médicos de reconhecido valor e capacidade, que lhe atribuem um grau de desvalorização, é confrontado com a situação de um conjunto de três médicos, que nunca viu e nunca o viram, acabar por, em dois minutos de quase nem para ele olharem, lhe retirarem o que, durante anos de observação, lhe foi militarmente reconhecido?*".
"*Esta desautorização e descrédito, por parte destes seus colegas, em relação aos médicos militares, já deveria ter sido comunicada para apreciação por parte da Ordem dos Médicos*". Estas últimas palavras de Patuleia Mendes mereceram do presidente da Liga dos Combatentes o assentimento "*subscrevo totalmente*".
Falou-se seguidamente na morosidade da classificação de deficientes militares, nos processos sob égide das estruturas castrenses e do Ministério da Defesa Nacional, tendo a representante da Apoiar afirmado que, actualmente, aquela protela o devido e ansiado reconhecimento por um período de nove a 12 anos.
Marina Pimentel inquiriu Patuleia Mendes sobre se tinha sido atingido pelo "*stress de guerra*" e como se tinha adaptado à nova vida depois de atingido por tão intensa deficiência, o inquirido salientou, parafraseando o psicólogo presente: "*quem foi à guerra, não voltou igual*".
Realçou depois que o Stress claro que o atingiu, notando-se pela mudança, cada vez menos vulgar, do seu estado de humor que, no entanto, não o impediu de, normalmente, ter voltado ao seu posto laboral, ter constituído família e ser pai de filhas.
Quanto à vitória sobre a adversidade da cegueira, Patuleia Mendes declarou que "*as coisas mudaram no momento em que, mesmo sem ver, se colocou frente ao "espelho" e reconheceu quem passara a ser, assumindo e admitindo que, embora tivesse ficado com uma reduzida quantidade de "ovos", teria que ser capaz de, com eles, fazer omoletas* tão grandes como aqueles que possuíam os "ovos" todos".
A moderadora do programa perguntou então se o representante da ADFA era um homem persistente, ao que ele contestou "*sou um lutador*", após o que, reconhecendo-o como um antigo combatente e grande deficiente de guerra, que se integrou brilhantemente na sociedade, o general Chito Rodrigues lhe teceu comentários às capacidades, que exaltou, de grande líder associativo e escritor, sobretudo nas áreas da poesia.
A finalizar o programa, todos os intervenientes lastimaram a pouca atenção que a comunicação social vem dedicando a estes temas dos deficientes das Forças Armadas e dos antigos combatentes, sendo de todo útil e necessário mais e diversificados espaços, como aquele que, em muito boa hora, acabava de ser difundido.

Patuleia Mendes

O ELO FEZ ANOS

Ainda não vai longe o tempo em que o aniversário do ELO era o culminar do programa comemorativo do aniversário da ADFA, iniciado no mês de Maio, ou mesmo antes. Ainda temos bem presente na memória a comemoração do 45.º aniversário e da edição do ELO n.º 500, efeméride enriquecida e honrada pela presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que veio encerrar a Conferência "*A Literatura da Guerra Colonial e a Guerra Colonial na Literatura*".

Nesse ano riquíssimo e vertiginoso de 1974, o nascimento do nosso Jornal foi, a 23 de Novembro, "*a cereja no topo do bolo*". Nesse dia, num acto de rebeldia e de coragem, a ADFA conquistou uma Casa e ganhou uma voz.

Quarenta e sete anos depois, o 23 de Novembro passou quase despercebido, assim como o aniversário do ano passado. Não foi por ter perdido a voz, que essa tem chegado cada vez mais viva aos nossos associados e amigos. Só uma causa externa levaria o ELO a este recolhimento e a não festejar o aniversário. A mesma causa que tem obrigado todos nós a ser mais recatados e cuidadosos na saída das nossas casas e no convívio social: a pandemia que, neste final de ano, volta a isolar-nos um pouco mais e a prejudicar a Festa da Família.

Aliás, a ausência de comemoração oficial dos últimos aniversários leva a ponderar sobre como se celebra, de facto, a passagem de cada ano de publicação ininterrupta.

Assim, esta Equipa celebra, em cada edição, a vida dos associados, dirigentes e trabalhadores da ADFA, na homenagem mensal de cada página e de cada texto ou foto publicados.

O reconhecimento associativo que amplia essa celebração do nosso "*ELO de ligação*" é motivador e mostra uma ADFA experiente e madura, que assume esse caminho associativo e editorial com brio e orgulho.

O ano que está a findar trouxe algumas alterações importantes para a vida da nossa Associação e a Equipa do ELO acompanhou essas alterações com expectativa. As eleições para os Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações vieram inaugurar um novo ciclo da vida associativa que está em pleno arranque.

No que respeita ao ELO, a nova Direcção Nacional (DN) renovou a sua confiança na actual Equipa, o que veio aumentar a sua motivação para cumprir a missão, que foi confiada ao seu director em 2008. Para ele seria mais cómodo ir para casa gozar, finalmente, a reforma e poupar-se ao desgaste e aos contratempos que esta função sempre acarreta. Enquanto a DN entender e a saúde permitir, a sua disponibilidade é total para servir uma Instituição que tanto tem batalhado na defesa dos deficientes militares e que continua a ter à sua frente grandes desafios a vencer. E "*o tempo escasseia*".

O nosso ELO são as pessoas. São os associados, os colegas de trabalho, o conjunto nacional coeso dos nossos dirigentes, e todos quantos folheiam cada edição, activando essa boa energia que é saber que estamos juntos na nobre missão da ADFA.

O nosso ELO são todos os leitores, para quem as notícias são importantes e, para alguns, com muita honra desta Equipa, o único mas mais firme laço com a sua sofrida história de resistência e de persistência, na espera pelo reconhecimento nacional que por vezes tarda, por terem cumprido uma obrigação na Guerra Colonial.

Cada edição é uma vitória celebrada, com novas páginas da nossa história associativa.

Nestes intensos anos de edição, sob os efeitos da pandemia, a nossa maior certeza é de que o ELO é cada vez mais desejado, pois, nos confinamentos a que todos fomos obrigados, constituiu um forte reduto da nossa vontade e missão.

Parabéns ao ELO! Parabéns à ADFA!

José Diniz

Testemunho

À equipa do jornal ELO

Nós podemos esquecer-nos do jornal ELO, mas ele não se esquece de nós. Há um dia em que abrimos a caixa do correio e lá está ele à nossa espera. A observar-nos em silêncio.

No mesmo dia, de norte a sul do País e talvez noutros lugares do mundo, centenas de pessoas leem as mesmas palavras.

Sigo com o olhar os textos impressos. Por vezes o olhar fica embaciado, outras vezes o coração bate descompassado e até em fúria.

São palavras que vão falando comigo. Umas acendem imagens, afetos, memórias e os sentimentos mais diversos. Outras são frias, caminham por túneis escuros e sinuosos. Perdem-se no ponto em que deviam encontrar-se. Erguem fronteiras cinzentas. Um grupo dividido por muros.

Estão ali tantas vozes, tantos rostos, uma guerra e muitos traumas dentro de cada um.

Algumas palavras são dores concretas pelo esquecimento, pelo abandono, pelos silêncios entranhados na incerteza de muitas vidas.

O jornal ELO é o espaço privilegiado da grande família que somos, da força que não se resigna à resignação.

Devemos-lhe tanto, desde a esperança em todas as suas formas até aos pesadelos.

Viver é acreditar. Este tempo que vivemos ainda nos pertence. Não nos convençam de que é impossível. Impossível é ficar calado. Impossível é não gritar.

Nunca nos foi oferecido nada. Cada conquista foi ganha, milímetro a milímetro.

Este jornal é o nosso grande ELO de ligação.

Saber utilizar este espaço de comunicação com sabedoria, solidariedade, crítica construtiva, apoio efetivo e concreto a quem dá o seu melhor em prol de todos nós é abrir portas ao diálogo. É um sinal de inteligência.

Quem pouco ou nada faz, deveria, pelo menos, respeitar e agradecer o empenho e a coragem dos que ainda não desistiram.

Neste Natal onde cabem todas as pessoas que guardamos no coração, agradecemos à equipa do jornal ELO por continuar a enviar recados inspiradores, a apontar caminhos de fraternidade e a abraçar esta família que se diz unida, mas nem sempre sabe dar as mãos. Mais uma vez tornamos público o nosso grande apreço pelo senhor Eduardo Barata, sabendo que tudo o que gostaríamos e deveríamos dizer-lhe não cabe nas palavras. É algo que o tempo não apagará. Foi um encontro privilegiado que a vida nos concedeu. Deixa pegadas de flores que suavizaram o nosso caminho. Bem-haja, grande amigo!

E, finalmente, cumprimentamos a nova Direcção Nacional. Agradecemos aos que cessaram funções. Alguns deles estiveram e estarão sempre connosco.

Obrigado pela coragem e generosidade. O êxito do vosso trabalho depende, em boa parte, da colaboração e incentivo dos associados. Que ninguém atire pedras antes de se olhar por dentro. Todos somos anjos de uma asa só e apenas voamos abraçados.

Um Natal quente e aconchegado de afectos.

Como disse Miguel Torga: "*Um bom começo de ano. Na firme disposição de o merecer custe o que custar*".

Um grande e luminoso abraço para todos.

Maria Leonarda e Rui

Marcha dos Combatentes Pela Paz 2021

FOTOS RAFAEL VICENTE

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a Liga dos Combatentes, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, realizaram, no dia 13 de Novembro, a *"Marcha dos Combatentes Pela Paz/Lisboa Caminha Pela Paz 2021"*.

A iniciativa evocou o Dia Internacional da Paz (21 de Setembro) com uma caminhada de cinco quilómetros e contou com a organização técnica da Xistarca.

O evento teve início pelas 9h30, com a concentração dos participantes junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar – Forte do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa.

Dada a partida, após breves palavras dos presidentes da Liga dos Combatentes e da ADFA, os desportistas fizeram um percurso plano, com cerca de cinco quilómetros, de baixa dificuldade, durante aproximadamente 1 hora e 15 minutos. A saída foi no Forte do Bom Sucesso, junto à Torre de Belém, com ida e volta, junto ao rio Tejo, pela avenida de Brasília, Estação Fluvial de Belém e retorno no MAAT, pela avenida de Brasília, quase na totalidade pela ciclovia e pela zona pedonal, junto à doca, com meta no local da partida.

Durante o evento desportivo o convívio foi a nota maior. Os dirigentes da ADFA e da Liga dos Combatentes concentraram-se junto ao Forte do Bom Sucesso, em espaço preparado para as fotografias do dia. Houve tempo para confraternizar e até para dar autógrafos aos agentes da PSP ali presentes e que mostraram grande interesse na iniciativa.

Associados, dirigentes e funcionários da ADFA participaram na Marcha Pela Paz, entre muitos outros desportistas, aproveitando o belo dia de sol junto ao rio Tejo e perante os muitos Monumentos visitáveis na zona. A Torre de Belém, o hidroavião que levou Gago Coutinho e Sacadura Cabral na primeira travessia aérea do Atlântico Sul, o Museu da Electricidade, o MAAT, o Museu de Arte Contemporânea, o Padrão dos Descobrimentos e, do outro lado da linha do comboio, o Mosteiro dos Jerónimos, O Centro Cultural de Belém e o Museu Nacional dos Coches. Muitas atracções para depois da prova, no meio de muitos turistas que, apesar da pandemia, já circulavam perto da linha da partida. Houve mesmo quem, no fim da Marcha, fosse interpelado sobre a razão de ser da Marcha Pela Paz, ficando depois a conversar com um grupo de turistas sobre os Monumentos.

Apesar dos efeitos da pandemia, a Marcha dos Combatentes Pela Paz 2021 conta já a sua 12.ª edição e promete continuar a ser uma data desportiva e de convívio a não esquecer na agenda anual de encontros.

FOTOS RAFAEL VICENTE

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – 3 de Dezembro

A ADFA e o ELO assinalam o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – 3 de Dezembro – com uma secção especial dedicada à Acessibilidade. O associado e dirigente Carlos Pereia enviou ao ELO um artigo sobre esta temática, que motivou que a Redacção contactasse quem, na Universidade, ensina os nossos jovens estudantes sobre esta e outras importantes matérias. A Professora Doutora Maria Manuela Pires Rosa, da Universidade do Algarve, respondeu à nossa pequena entrevista.

FOTOS RAFAEL VICENTE

Acessibilidade em Portugal

Missão impossível?

Em 2013 tive a honra de colaborar numa revista, com um artigo sobre acessibilidade intitulado "*Acessibilidade: vamos indo como Deus quer…*" e no qual historiava o que se tinha passado em Portugal e procurava encontrar as razões mais evidentes para a não assunção definitiva das melhorias que a legislação prometera e para a ausência de resultados práticos de projetos entretanto implementados. Ao revisitar o que então afirmava, confesso, o meu desalento por o discurso que agora aqui apresento não ser tão diferente, como gostaria. Com muita pena minha.

A nossa legislação sobre a acessibilidade a edifícios, nascida em 1982, como imediata consequência do que se viveu no nosso País, no pós-Ano Internacional do Deficiente, proclamado pela ONU em 1981, completou em fevereiro de 2020 a bonita idade de 39 anos.

O primeiro decreto-lei sobre a acessibilidade teve vida curta. Depois foi uma travessia no deserto até à década de 90, altura em que se passa a encarar a acessibilidade como necessária, mas sempre alvo de resistências várias. Neste novo ciclo, iniciado com o Decreto-Lei n.º 123/97, muitas foram as tentativas de se conseguir um suporte legislativo para resolução da grave carência de edifícios públicos e habitacionais acessíveis, bem como dos espaços públicos em geral.

O conceito de acessibilidade foi entretanto alargado, incluindo a acessibilidade aos transportes e à informação. Os esforços ensaiados passaram a contemplar também estas vertentes, podendo falar-se da acessibilidade como um fenómeno amplo, bem expresso mais recentemente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicada pela ONU em 2007 e ratificada por Portugal em 2009.

Já no século XXI, reforça-se o posicionamento social face à deficiência e incapacidade com a aprovação da Lei anti-discriminação e surge também a preocupação com a acessibilidade ao turismo. Começa a pressentir-se que a acessibilidade é rentável e timidamente se assiste a medidas que visam ultrapassar a crónica ausência de orçamentos para os projetos a empreender.

Mas a verdade é que, não obstante o tempo decorrido até hoje, ainda estão longe os objetivos que têm sido almejados. Daí ser legítimo ponderar se não estaremos face a uma missão impossível.

Quero acreditar que não!

Sete certezas que suportam essa crença

1- O avanço das preocupações com a reabilitação e a acessibilidade encontra-se presentemente em alta, destacando-se a Lei Europeia para a Acessibilidade, que irá influir nos diplomas dos países da União, e Portugal terá de se alinhar com as diretivas que forem aprovadas. Os requisitos sobre acessibilidade tendem assim para a harmonização com os padrões europeus, que se refletirá ao nível dos regulamentos, incluindo os que abrangem os elevadores e plataformas elevatórias.

2- Entre nós verifica-se também o empenho de muitas Universidades e Institutos Politécnicos nestes temas. Refiro a título de exemplo, mas com receio de omissão de outros casos com trabalho importante já desenvolvido, a UTAD, a Universidade do Algarve, a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho, o Politécnico de Leiria. Mas o interesse pela acessibilidade e pela inovação visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência está hoje presente na generalidade dos estabelecimentos de ensino superior sendo difícil nomeá-los totalmente neste artigo.

3- O papel das Câmaras Municipais é hoje evidente, com exemplos de sucesso na supressão sistemática de barreiras físicas e na garantia de estacionamentos mais facilitados. Assinalem-se também medidas relativas à adaptação de residências e a existência de programas de formação a técnicos. Parece assim ultrapassada a anterior resistência passiva à acessibilidade, que teve o seu apogeu no total desrespeito pelos prazos previstos para as intervenções no DL 123/97, e que se manifestava por atitudes eivadas de alguma hipocrisia através da afirmação de interesse pelos problemas, mas que não se refletiam em práticas efetivas.

4- As Organizações de pessoas com deficiência têm mantido sempre uma pressão sobre os poderes

central e autárquico no sentido de se não descurar a implementação da legislação sobre acessibilidade. Diga-se, em abono da verdade, sem muito êxito, mas essa exigência permanente serve para alertar consciências e "água mole…" por vezes tem bons resultados que se podem documentar como bons exemplos um pouco por todo o País.

5- A atuação de empresas que se dedicam quase exclusivamente à acessibilidade e à mobilidade urbana tem contribuído, principalmente ao nível local e em colaboração com os Municípios, para uma melhoria importante de algumas vilas e cidades. Um exemplo muito expressivo é a Associação Supera que, não sendo uma empresa, está vocacionada para a engenharia da reabilitação, com especial atenção à acessibilidade.

6- O Turismo Acessível ganhou importância e é bastante motivador, até pela sua vertente económica apreciável para a atividade. De facto um dos argumentos que dificultavam a aceitação da acessibilidade residia nos, alegados e nunca demonstrados, custos exagerados que produziria. Para que seja possível manter números altos na procura turística, há que garantir uma oferta com alojamentos, restaurantes, locais de visita, praias e transportes acessíveis em grau elevado.

7- Como última certeza temos as mais recentes medidas governamentais tomadas já em 2020 e 2021 que poderão trazer-nos uma dinâmica mais concretizadora de uma acessibilidade assumida e definitivamente aplicada. Destaca-se a criação da Estrutura de Missão para a Promoção da Acessibilidade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020), a aprovação da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e a intenção de afetar 48 milhões de euros para o Programa "*Acessibilidades 360º*" e para a "*Plataforma + Acesso*", no âmbito do PRR.

As dúvidas que permanecem

Apesar do exposto, a "*ameaça*" de a acessibilidade como missão impossível sustenta-se em alguns traços muito portugueses, que importa denunciar, para que se erradiquem de vez, pois ainda que sejam nossos, a verdade é que não nos abonam.

Em primeiro lugar, refiro o grande desprezo da comunicação social para a deficiência e acessibilidade. As pessoas com deficiência são em regra referidas, quando merecedoras de atenção, como heróis ou como vilões, esquecendo-se que são seres humanos com os defeitos, virtudes e qualidades de quaisquer outros. Nunca se verificou uma campanha promotora da civilidade nos estacionamentos, como nas notícias sobre a qualidade das praias portuguesas muito raramente informam sobre a sua acessibilidade. São dois exemplos, significativos da menoridade em que é tida esta problemática.

Quanto à legislação não se questiona a sua bondade ou qualidade, mas deve ter-se em conta a sua lentidão exasperante, que a torna impraticável, e obriga a ajustamentos por inadequação no tempo em que se irá aplicar.

Em Portugal foi aprovado em 2007 o Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade. Este documento, quase perfeito, contempla a acessibilidade de uma forma holística. No entanto só em abril de 2020 foi criada a Estrutura de Missão para a sua implementação. Decorreram 13 anos, uma eternidade para muitas pessoas com mobilidade reduzida.

E que dizer da preocupação que estas estruturas e mesmo a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência têm em criar comissões de acompanhamento, de apoio técnico e conselhos consultivos com dezenas de elementos, que em geral são fatores de entropia? Lembrando programas bem elaborados como o PAIPDI ou a ENDEF, verificamos que nunca chegaram a bom termo, mas mais grave, pouco se sentiu do trabalho realizado. Espera-se que não se repitam os erros, mas concede-se o benefício da dúvida…

Estes casos de alguma ineficácia continuam hoje presentes, infelizmente.

Por fim considerações breves sobre um fenómeno que muito dificulta a vida às pessoas com deficiência e às suas famílias: o preconceito.

Ainda que impercetível, o preconceito (e por arrastamento, a ignorância) leva a atitudes que são autênticas barreiras e está profundamente implementado nos espíritos, pelo que não desaparece de um momento para o outro. O reconhecimento desta realidade ancestral obriga à tomada de medidas que a possam identificar como discriminação e permitam vencer as negligências. A propósito recomendo a leitura do livro "*As Barreiras Invisíveis da Integração*", editado pela ADFA em 1995, que permanece muito atual, infelizmente.

Serão as novas gerações capazes de uma ultrapassagem destas limitações? Fica a esperança de que tal se verifique e se desvaneçam as nuvens mais negras que ainda dificultam a vida de todas as pessoas com deficiência e incapacidade.

Lisboa, 31 de outubro de 2021

Carlos Pereira, associado n.º 13651

Professora Doutora Maria Manuela Pires Rosa em entrevista ao ELO

"As boas práticas terão efeitos multiplicadores no mundo institucional e empresarial"

ELO - Tendo em atenção a produção legislativa das últimas três décadas para promoção da plena Acessibilidade em Portugal, bem como as muitas directivas internacionais emanadas nesse sentido, quais têm sido as principais dificuldades ou entropias na evolução para um País mais acessível? As barreiras de mentalidade ainda subsistem?

Manuela Rosa - Em Portugal tem aumentado a perceção de que o ambiente construído pode ser requalificado de forma a atender-se às necessidades das pessoas com deficiência, resultando em espaços de grande qualidade urbanística, que podem ser usufruídos por toda a população. A sensibilização deriva, sobretudo, de produção legislativa e de mudanças políticas, que têm promovido condições de plena acessibilidade e inclusão social. No entanto, a sociedade portuguesa, devido a múltiplos factores, incluindo as barreiras sociais, tem respondido de uma forma lenta a estes desafios societais. As barreiras de mentalidade ainda subsistem, mas estamos numa fase de mudança. Em 2021, a Comissão Europeia desencadeou um novo movimento de transformação urbana, o novo *Bauhaus* europeu, que promove a sustentabilidade, a inclusão e a estética, para se garantirem boas experiências urbanas. Esta iniciativa compreende três fases: concepção conjunta (*co-design, co-creation*), realização com financiamentos e divulgação.

FOTOS RAFAEL VICENTE

Espera-se que os financiamentos de projectos de acessibilidade universal garantam oportunidades para a inclusão, efectiva, das pessoas com deficiência na nossa sociedade. As boas práticas terão efeitos multiplicadores no mundo institucional e empresarial.

ELO - O que falta concretizar em Portugal para que se cumpra uma efectiva Acessibilidade aos edifícios públicos e privados, aos transportes e à informação? Que medidas consideraria mais urgentes?

MR - Em 2001 o Conselho da Europa apresentou a Resolução ResAP (2001) 1: Sobre a introdução dos princípios de desenho universal nos programas de formação do conjunto das profissões relacionadas com o meio edificado. É necessário que as Instituições de Ensino Superior, e as associações profissionais, como a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Arquitectos, a Associação Nacional de Designers e a Associação Nacional dos Arquitectos Paisagistas dêem formação em Desenho Universal.

O acto de projectar tem sido assumido por elites profissionais, estando ainda muito hierarquizado. É necessário generalizarem-se as práticas de envolvimento dos utilizadores na tomada de decisão técnica através de processos de *co-design* e *co-creation*. Este *empowerment* incentivará as comunidades a

FOTOS RAFAEL VICENTE

envolverem-se mais activamente na exigência de mudanças para uma acessibilidade plena.
Por outro lado, deve-se incentivar novos modelos de economia solidária para gerar oportunidades de trabalho e emprego para pessoas com deficiência. A transição para a vida activa revelará os problemas de acessibilidade aos edifícios públicos e privados, aos transportes e à informação, podendo-se hierarquizar a ação a partir destas oportunidades.
São necessários recursos humanos para as instituições públicas garantirem a monitorização da implementação das medidas e objectivos da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência - ENIPD 2021-2025.

ELO - Para além dos estudos científicos e dos trabalhos académicos que a Universidade tem desenvolvido, com mérito e importância reconhecidos, que outros contributos pode o Ensino Superior trazer à Sociedade Portuguesa para que a Acessibilidade transite da legislação para a aplicação material e estrutural?

MR - Algumas instituições do Ensino Superior têm contribuído para o desenvolvimento de capacidades técnicas para a concepção de ambientes construídos e serviços de transporte acessíveis (por exemplo, a Universidade do Algarve), para a acessibilidade web (por exemplo, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), para a comunicação aumentativa (por exemplo, o Instituto Politécnico de Leiria). Estas boas práticas têm de se generalizar por todas as Instituições de Ensino Superior. A temática do Design Universal e Inclusivo deve ser transversal a todos os cursos de licenciatura e mestrado, à semelhança do que está o ocorrer com a incorporação dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) tem um papel fundamental neste processo.
O Design Universal deve considerar as necessidades específicas das pessoas com deficiência. Os grupos vulneráveis são chamados a fazer parte da concepção e implementação dos espaços, dos serviços e dos produtos, concretizando-se processos de projectar para todos (*Design for All*). Actualmente está-se a promover o conceito de *Design by Users*, em que o projecto é desenvolvido pelos próprios utilizadores. Nalguns países, está-se a financiar o acesso ao Ensino Superior dos jovens com deficiência, por exemplo, estudantes de Arquitectura e Engenharia, para concretizarem estas mudanças no acto de projectar espaços e produtos.
Por outro lado, é urgente que os *Campi* universitários implementem infraestruturas pedonais e soluções de comunicação e informação acessíveis e inovadoras. Estes espaços colectivos poderão constituir laboratórios de boas práticas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Nota biográfica

Maria Manuela Pires Rosa é Professora Associada (Coordenadora) na Universidade do Algarve, no Instituto Superior de Engenharia, em Faro. É especialista nas áreas de Sustentabilidade e Resiliência Urbana; Mobilidade Sustentável; Acessibilidade para todos; Turismo Acessível.
A Professora Doutora Manuela Rosa licenciou-se em Engenharia Civil em 1984 (Instituto Superior Técnico), obteve o seu Mestrado em Renovação do Património Arquitectónico e Paisagístico em 1995 (Universidade de Évora) e o Doutoramento em Planeamento Espacial e Estratégias Ambientais em 2004 (Universidade de Sevilha - Espanha).
Como Professora Coordenadora do Instituto de Engenharia - Universidade de Algarve, lecciona Cidades Sustentáveis, Mobilidade e Acessibilidade, Estradas e Ruas e Planejamento Urbano e Regional.
É membro da Ordem dos Engenheiros e do CIEO - Centro de Pesquisa em Dinâmica Espacial e Organizacional. Introduziu o tema "*Acessibilidade para Todos*" no Primeiro Ciclo de Engenharia Civil, em 2001, e introduziu a abordagem do design colaborativo no Projecto de Mobilidade Sustentável da Agência Portuguesa do Ambiente (desenvolvida em 2007-2008) e introduziu o tema "Acessível para Todos" no Eco Projecto XXI.
Desenvolveu Ciclos de Conferências sobre Turismo Acessível desde 2015. Participou em projetos científicos financiados e estudos-piloto internacionais.

Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social visita o CRPG

ARTIGOS E FOTOGRAFIAS CRPG

No dia 3 de Dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia recebeu a visita da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho. Os serviços prestados às pessoas com deficiências e incapacidades e a adaptação pioneira, a nível mundial, do método Ubuntu ao contexto da reabilitação estiveram em destaque. A governante anunciou que a candidatura do CRPG ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é considerada prioritária.

Na abertura do evento, Mónica Salazar, presidente do Conselho de Administração do CRPG, destacou que "*nunca tanto quanto agora vai ser preciso trabalhar em comunidade*".

Jerónimo Sousa, director do CRPG que promove a reintegração de pessoas com deficiências e incapacidades, referiu-se aos 30 anos de história do Centro e ao modo como esses inspiram o futuro. O CRPG prestou quase 60 mil serviços a mais de 27 mil cidadãos. O modo como esses serviços são percebidos pelas pessoas reflete-se na avaliação da satisfação (85 em 100) e nos testemunhos dos clientes, transmitidos em vídeo durante o evento.

Destacando que "*Portugal tem uma das legislações mais bondosas da Europa no âmbito do retorno ao trabalho, mas ainda com caminho longo na implementação*", Jerónimo Sousa apresentou os planos do CRPG para o futuro.

Para apoiar as pessoas que todos os anos se vêem afastadas do mercado de trabalho, na sequência de doenças e acidentes, o CRPG irá reforçar a sua intervenção nas deficiências e incapacidades adquiridas, através de uma resposta nacional, sob orientação do IEFP.

Enquanto centro de competência no retorno ao trabalho após acidente ou doença, o CRPG apoiará as pessoas que tiveram acidentes e doenças a voltar ao trabalho, seja na função que desempenhavam antes, com adaptações, seja em novas profissões.

A intervenção junto das entidades empregadoras será também reforçada, passando a ter uma resposta de consultoria orientada para a promoção do mercado de trabalho inclusivo.

Esta reorientação estratégica do Centro e a modernização dos equipamentos e instalações foram anunciados como os principais desafios do CRPG para o futuro.

Acerca do Projecto Academia de Líderes Ubuntu no CRPG, Ana Ramos apresentou o programa de capacitação e desenvolvimento pessoal concebido pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV). Assente na palavra "*Ubuntu*", que significa "*Eu sou porque tu és*", está espalhado pelo mundo, com presença em 58 países.

Para além de promover as competências pessoais, sociais e cívicas de clientes e colaboradores do CRPG, este projecto visa também adaptar a metodologia às pessoas com deficiências e incapacidades, experiência pioneira a nível mundial.

Alexandra Santos, cliente do CRPG, deu voz aos 144 clientes que já frequentaram as semanas Ubuntu. "*Espetacular*" e "*maravilhosa*" foram os adjectivos que usou para descrever a sua vivência. Sobre o seu percurso neste Centro, referiu que *"entrar no CRPG foi como uma luz ao fundo do túnel"*.

Alexandra Lorga, uma dos 97 colaboradores que participaram nas dinâmicas Ubuntu, referiu que nos pilares do Ubuntu revê os objectivos do CRPG, sendo por isso um "*casamento perfeito*". Sublinhou que *"apoiar projectos para a vida activa requer o desenvolvimento de competências pessoais e sociais para fazer a diferença (…) O Ubuntu traz-nos isto, de uma forma mais baseada em relações"*.

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho recordou o início da sua actividade profissional como inspectora do trabalho, altura em que, durante uma formação, ouviu falar do CRPG. Enquanto inspectora, um dos seus grandes desafios era estabelecer o diálogo entre trabalhadores e empregadores nas questões associadas aos acidentes de trabalho, reforçando assim a importância de entidades que apoiam nestes processos.

Referiu que "*a sociedade não tem noção de como exclui*". Ressaltou a importância de haver motores que promovam a qualificação e a inclusão social, pois sem esses motores "*a sociedade, em si, demorará muito tempo a mudar o que é preciso*". Anunciou que a candidatura do CRPG ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é considerada prioritária.

Terminou a sua intervenção dizendo que "*vir aqui é vir buscar energia e inspiração*". Aos participantes no evento, clientes e colaboradores do CRPG e demais convidados, deixou o repto de lhe remeterem propostas e inspirações.

30 anos a promover a inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades

O CRPG, que celebrará os seus 30 anos em Março de 2022, visa promover os direitos, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas com diversidade funcional associada a deficiências e incapacidades. Para o efeito, dispõe de um conjunto de serviços que apoiam as pessoas a: definir os seus projectos de vida e profissionais, promover a sua activação psicossocial e autonomia após doenças e acidentes, identificar os produtos de apoio que necessitam, desenvolver as suas competências escolares e profissionais através de acções de formação profissional, desenvolver competências de empregabilidade, identificar oportunidades de trabalho e manter o emprego.

Acerca do futuro do CRPG, o seu director, Jerónimo Sousa, declara que *"em cada ano, muitos portugueses vêm-se afastados do mercado de trabalho por efeito dos acidentes e doenças. O CRPG quer reforçar a sua intervenção na resposta a essas pessoas. Está em preparação uma estratégia de resposta nacional, sob a orientação do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, que mobiliza e rentabiliza a capacidade do CRPG"*.

Esta maior focalização nas pessoas com deficiências e incapacidades adquiridas fará com que mais pessoas e suas famílias possam contar com um apoio técnico especializado para a questão que tantas vezes se lhe coloca depois de um acidente ou doença: *"E agora, o que faço da minha vida?"*

Enquanto centro de competência no retorno ao trabalho após acidente ou doença, o CRPG prestará apoio para que as pessoas possam voltar ao seu trabalho, com as adaptações que forem necessárias. Quando tal não seja possível, as pessoas e os seus empregadores serão apoiados na identificação de outras actividades profissionais, podendo inclusive apoiar a reconversão profissional das pessoas. Para promover o mercado de trabalho inclusivo, o CRPG terá ainda uma resposta de consultoria dirigida às entidades empregadoras.

Artigos e fotografias CRPG

Celebração do Dia do Armistício

Junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, Lisboa

FOTOS RAFAEL VICENTE

O presidente da Direcção Nacional da ADFA, Nuno Santa Clara Gomes, representou a Associação na cerimónia do Dia do Armistício, que se realizou no dia 11 de Novembro, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, no Forte do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa.

O evento foi presidido pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante António Silva Ribeiro, e contou com a presença da secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro.

Nesta data, sendo evocado o 103.º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, foram também lembrados o 100.º Aniversário da fundação da Liga dos Combatentes e o 47.º Aniversário do fim da Guerra Colonial.

Participaram também na cerimónia o chefe do Estado-Maior da Armada, o vice-chefe do Estado-Maior do Exército, o vice-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e o presidente da Liga dos Combatentes, entre outras individualidades militares e civis.

Após a prestação das honras militares, com salva de tiros disparada de um navio da Armada, o orador convidado, tenente-general Alfredo Cruz, fez uma alocução sobre a Força Aérea na Guerra Colonial. Seguiu-se a intervenção do presidente da Liga dos Combatentes, tenente-general Joaquim Chito Rodrigues.

A cerimónia prosseguiu com a imposição de condecorações a militares e a membros da Liga e com o agraciamento da Liga do Combatentes pelo Observatório Internacional de Direitos Humanos.

Foram impostas as seguintes condecorações:

Medalha de Mérito Militar – 1.ª classe: coronel Carlos Filipe.

Medalha da Defesa Nacional – 1.ª classe: coronel João Belchior.

Medalha da Defesa Nacional – 4.ª classe: Joaquim Romão Henriques.

Medalha da Liga dos Combatentes Honra ao Mérito – Grau Ouro: presidente do Núcleo da Covilhã, João Azevedo; presidente do Núcleo de Torres Novas, Paulo Pereira; presidente do Núcleo de Vila Franca de Xira, Armindo Silva, e funcionária da Direcção Central da LC, Domingas Pereira.

A Medalha da Liga dos Combatentes Honra ao Mérito – Grau Prata foi atribuída aos funcionários da Direcção Central Anabela Rodrigues; Carlos Carrera e Hugo Gonçalves, e ao funcionário do Museu do Combatente José Faustino.

Depois do desfile das forças em parada, foi prestada homenagem aos militares mortos em combate e depostas coroas de flores junto ao Monumento, com passagem de caças F16 da Força Aérea Portuguesa sobre o local.

O evento culminou com o Hino da Liga dos Combatentes, pelo tenor Carlos Guilherme, seguindo-se uma visita às instalações da Guarda de Honra ao Monumento, e, na Sala Aljubarrota, a inauguração da Exposição da Força Aérea "*Memórias de Combate*" e o lançamento do livro "*Angola 92 - Memórias de um Capitão*", da autoria do coronel Paulo Gonçalves.

Durante a tarde teve lugar a tertúlia "*Memórias de Combate*", com a participação do general Aleixo Corbal (Angola), tenente-general Vizela Cardoso (Moçambique), major-general Ricardo Cubas (Guiné), coronel Orlando Amaral (Guiné), tenente-general Ferreira Pinto e coronel Mira Vaz (Paraquedistas), com exibição da exposição associada "*Memórias de Combate – A Força Aérea na Guerra do Ultramar*", que estará patente até ao dia 29 de Maio de 2022.

PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
Distrito de Bragança Todos os concelhos **Distrito de Vila Real** Todos os concelhos **Distrito de Viana do Castelo** Todos os concelhos **Distrito de Braga** Todos os concelhos **Distrito de Viseu** Todos os concelhos **Distrito da Guarda** Todos os concelhos	**Polo Porto** **Carina Pinto** T. 925 604 523 carina.pinto@padm.crpg.pt
Distrito do Porto Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Povoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião **Distrito Aveiro** Todos os concelhos	**Polo Porto** **Vera Silva** T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpg.pt
Distrito do Porto Concelhos de Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar	**Polo Porto** **Ana Moreira** T. 913 660 377 ana.moreira@padm.crpg.pt
Distrito de Coimbra Todos os concelhos **Distrito de Leiria** Todos os concelhos **Distrito da Castelo Branco** Todos os concelhos **Distrito de Santarém** Todos os concelhos	**Polo Coimbra** **Norberto Simões** T. 960 076 902 norberto.simoes@padm.crpg.pt
Distrito de Lisboa Todos os concelhos **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países**	**Polo Lisboa** **Ana Machado** T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpg.pt
Distrito de Setúbal Todos os concelhos **Distrito de Portalegre** Todos os concelhos **Distrito de Évora** Todos os concelhos **Distrito de Beja** Todos os concelhos **Distrito de Faro** Todos os concelhos	**Polo Alentejo/Algarve** **Carla Espírito Santo** T. 925 574 012 carla.santo@padm.crpg.pt
Região Autónoma da Madeira	**Polo da Madeira** **Idalina Freitas** T. 968 581 300 idalina.freitas@padm.crpg.pt
Região Autónoma dos Açores	**Polo dos Açores** **Maria Botelho** T. 960 076 876 maria.botelho@padm.crpg.pt

Histórias de Vida

Abel Soares de Abreu Júnior

Abel Júnior, natural de Câmara de Lobos, na Região Autónoma da Madeira, tem 74 anos.
Aos 21 anos foi chamado a cumprir o serviço militar, em Cabo Delgado, Moçambique. Durante a sua estada em Moçambique foi ferido duas vezes. Da última vez, esteve internado seis meses, no Hospital de Nampula, com vários ferimentos. Foi submetido a diversas cirurgias que lhe deixaram sequelas, com as quais ainda hoje tem de conviver.
Após o seu regresso à ilha da Madeira acabou por casar e ter uma filha. Pouco anos depois divorciou-se.
Abel Júnior toca trompete, na Banda de Câmara de Lobos, desde 1956, desde os nove anos.
Há cerca de 13 anos casou com a sua actual companheira. Ao longo da vida em comum têm ultrapassado diversas dificuldades, entre elas, problemas de saúde. Para colmatar todas estas adversidades, tem-lhes sido disponibilizado todo o apoio, informação e orientação para os apoios existentes, no âmbito das suas necessidades.

Augusto Santos

Augusto de Jesus Santos, de 74 anos de idade, natural de Duas Igrejas, Penafiel, é casado e teve oito filhos.
Augusto Santos cumpriu Serviço Militar Obrigatório em Moçambique. Nessa altura já era casado, com dois filhos e a esposa encontrava-se grávida do seu terceiro filho.
Após quase três anos no Ultramar, sofreu um acidente na sequência de um rebentamento de uma mina. Nesse acidente, Augusto Santos ficou com o corpo praticamente todo queimado, para além da cegueira. Depois do acidente foi tratado em Angola e só posteriormente é que foi evacuado para Portugal, tendo permanecido durante um longo período no hospital para efetuar tratamento.
O acidente que sofreu viria a transformar toda a sua vida, obrigando-o a reaprender a realizar as suas actividades de vida diária, as suas rotinas e os sonhos que tinha idealizado para a sua família. Contudo, apesar das suas limitações, foi sempre um pai e marido presente.
Actualmente encontra-se mais dependente, tendo já sofrido algumas intercorrências hospitalares. No entanto, permanece ainda a vontade de um maior reconhecimento por todos aqueles que estiveram na guerra e viram o rumo das suas vidas ser alterado.

PUB

ESTE ESPAÇO
PODE SER SEU!

Mais informações: jornal.elo@adfa-portugal.com

V Encontro Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão

Museu da Guerra Colonial participa

O Museu da Guerra Colonial (MGC) acolheu o Webinar do V Encontro da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, realizado em 29 e 30 de Novembro.

A iniciativa foi promovida pela Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, após o interregno forçado de um ano, devido à pandemia.

O V Encontro trouxe novidades, com um programa diversificado e que partiu da visão de "*ser o alicerce para a actuação dos Museus, promovendo ligações e partilhas e potenciando sinergias entre o museu, a pessoa e o território*" e da missão de "*constituir-se como uma estrutura de cooperação, comunicação e apoio aos museus*". Para efectivar a sua visão e missão, a Rede de Museus teve como um dos seus objectivos "*potenciar a troca de experiências e conhecimentos entre profissionais de Museus, proporcionando oportunidades de formação interna que permitam o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas ao desempenho profissional, à atualização de conhecimentos e à valorização profissional e pessoal*".

"*Os Encontros da Rede de Museus constituem-se, assim, como momentos privilegiados nesse contexto*", referiu a organização do evento.

V Encontro trabalhou-se o papel dos Museus enquanto "*agentes transformadores no e do território*", a partir de boas práticas que contribuem para o respectivo desenvolvimento sustentável.

O Programa do V Encontro incluiu três momentos complementares

No dia 29 de Novembro, teve lugar o Webinar "*Juntos fazemos Museu*", com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável.

Este webinar realizou-se presencialmente no MGC e por videoconferência, destinando-se a todos os profissionais da cultura, nomeadamente de Museus e aos docentes, entre outros interessados.

Foi um Webinar aberto também ao exterior, remetendo para a tomada de consciência do lugar que os Museus de Famalicão ocupam no contexto do desenvolvimento sustentável e para o caminho que pretendem trilhar de futuro para serem, efectivamente, "*agentes de transformação*".

Os oradores convidados, com experiência na área do desenvolvimento sustentável, fizeram uma abordagem aos seus diferentes pilares – económico, social, ecológico e cultural – e deram a conhecer práticas de sucesso.

Realizou-se também o Workshop "*Pegada Ecológica: um caminho a trilhar*", entre as 14h30 e as 17h00, no Museu do Automóvel.

Este Workshop destinou-se apenas às equipas dos Museus de Famalicão. Com a dinâmica de trabalho, dinamizada por Mariana Espel, do Projeto Usina de Eureka, apresentou-se os resultados da medição da pegada ecológica dos Museus de Famalicão, para uma reflexão sobre as razões que conduziram a esses resultados, identificando de forma participada, colaborativa e construtiva, acções que contribuam efectivamente para o desenvolvimento sustentável, bem como definir estratégias de implementação para as acções identificadas.

No dia 30 de Novembro realizou-se uma visita técnica ao **Museu Nacional dos Coches**, com o objectivo de que as equipas dos Museus de Famalicão reforcem os laços entre si e tomem contacto com as boas práticas adoptadas por aquele Museu, no âmbito da Gestão de Colecções, nomeadamente ao nível da função museológica de inventário e documentação e da função museológica de conservação.

Protocolo de Colaboração abre Museus aos antigos combatentes

Junta de Freguesia de Ribeirão, Núcleo de Ribeirão da Liga dos Combatentes e Museu da Guerra Colonial

Na manhã do dia 1 de Dezembro teve lugar a cerimónia de assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Ribeirão, o Núcleo de Ribeirão da Liga dos Combatentes e o Museu da Guerra Colonial, junto à Sede da Liga dos Combatentes de Ribeirão. O evento incluiu também uma visita guiada aos painéis de azulejo e ao monumento alusivos às duas guerras nas quais participaram os antigos combatentes (I Grande Guerra e Guerra Colonial).

Ao fim da tarde desse dia, teve também lugar, no Museu da Guerra Colonial, um Sarau Cultural de Homenagem aos Antigos Combatentes, com muita música e poesia.

A Junta de Freguesia de Ribeirão aderiu ao Protocolo celebrado entre a Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), com vista a dar cumprimento ao Estatuto do Antigo Combatente, e assinou o Protocolo de Colaboração com o Núcleo de Ribeirão da Liga dos Combatentes e com o Museu da Guerra Colonial, ambas as entidades sediadas na Vila de Ribeirão.

O objectivo principal do Protocolo prende-se com a divulgação e acompanhamento, junto dos antigos combatentes ou das suas viúvas, dos benefícios que passarão a usufruir da Junta de Freguesia de Ribeirão.

"*Com este Protocolo, a Junta de Freguesia pretende reiterar a estima e o apreço que tem pelos antigos combatentes, como já tem sido manifestado noutras ocasiões, quando esteve ao lado da Liga de Combatentes nas diversas homenagens que têm sido feitas no Jardim de Santa Ana, em terreno público, pertença da Junta de Freguesia*", referiu o representante da JF Riberão.

No âmbito deste Protocolo, a JF Ribeirão "*compromete-se a isentar os antigos combatentes do pagamento de atestados, certidões e outros documentos cuja emissão seja da competência da Freguesia de Ribeirão*".

mgc
Museu da Guerra Colonial, Parque Comercial Discount
Rua dos Museus, Ribeirão — Vila Nova de Famalicão
HORÁRIO Terças-Feiras, Quintas-feiras e sábados, das 14h30 às 18h00
TELEFONE — 252 322 848 ou 252 376 323 ; TELEMÓVEIS — 919 594 318 ou 919 594 499 ou 919 594 510
GPS — 41º 22'04.90'' N 8º 32'56.42''O
museuguerracolonial@adfa.org.pt | www.museuguerracolonial.pt

Nova legislação

A Lei n.º 80/2021, de 29 de Novembro *"clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade, alterando o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei"*.

Este diploma foi publicado em Diário da República e resulta da proposta do PCP (Projeto de Lei n.º 916/XIV) sobre a matéria.

"*A Lei agora publicada significa que vale a pena lutar para assegurar os direitos das pessoas, no caso das pessoas com deficiência ou incapacidade, sendo que o PCP continuará a intervir, não esquecendo as preocupações e problemas vividos pelas pessoas com deficiência ou incapacidade sempre no sentido de se encontrar soluções para responder aos mesmos e de assegurar os seus direitos*", referiu o Grupo Parlamentar do PCP.

A nova Lei 80/2021, 29NOV, dispõe um aditamento ao DL 202/96, 23OUT, uma norma interpretativa que estabelece que à avaliação de incapacidade prevista aplica-se "*o princípio da avaliação mais favorável ao avaliado*" e que "*sempre que do processo de revisão ou reavaliação de incapacidade resulte a atribuição de grau de incapacidade inferior ao anteriormente atribuído, e consequentemente a perda de direitos ou de benefícios já reconhecidos, mantém-se em vigor o resultado da avaliação anterior, mais favorável ao avaliado, desde que seja relativo à mesma patologia clínica que determinou a atribuição da incapacidade e que de tal não resulte prejuízo para o avaliado*".

Acesso ao crédito e contratos de seguros

Foi publicada a Lei n.º 75/2021, de 18NOV, que "*reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro*".

No seu artigo 3.º, o diploma prevê que "*as pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência têm, na qualidade de consumidor, direito ao esquecimento na contratação de crédito à habitação e crédito aos consumidores, bem como na contratação de seguros obrigatórios ou facultativos associados aos referidos créditos, garantindo que: a) Não podem ser sujeitas a um aumento de prémio de seguro ou exclusão de garantias de contratos de seguro; b) Nenhuma informação de saúde relativa à situação médica que originou o risco agravado de saúde ou a deficiência pode ser recolhida ou objeto de tratamento pelas instituições de crédito ou seguradores em contexto pré-contratual*".

O número 2 do mesmo artigo dispõe ainda que "*nenhuma informação de saúde relativa à situação de risco agravado de saúde ou de deficiência pode ser recolhida pelas instituições de crédito ou seguradores em contexto pré -contratual desde que tenham decorrido, de forma ininterrupta: a) 10 anos desde o término do protocolo terapêutico, no caso de risco agravado de saúde ou deficiência superada; b) Cinco anos desde o término do protocolo terapêutico, no caso de a patologia superada ter ocorrido antes dos 21 anos de idade; c) Dois anos de protocolo terapêutico continuado e eficaz, no caso de risco agravado de saúde ou deficiência mitigada*".

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Cerimónias Oficiais

As comemorações anuais promovidas pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., e pelo Gabinete da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência para o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, no dia 3 de Dezembro, decorreram no Município de Loures, anfitrião deste evento, sob o tema "*As mudanças de paradigma nas políticas de Inclusão e A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025*".

Foram vários os eventos organizados para este dia.

As actividades desportivas realizaram-se, ao longo do dia, no Pavilhão Paz e Amizade, onde foi apresentado o Regulamento do Programa "*Desporto para Todos*", promovido em parceria pelo IPDJ e pelo INR. A secretária de Estado Para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, e o secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, assistiram à apresentação de três modalidades desportivas adaptadas, designadamente, boccia, showdown, e goallball. Durante o dia, várias turmas com alunos da Escola José Afonso e utilizadores das respostas sociais da CREACIL tiveram oportunidade de experimentar estas modalidades e ter um contacto mais próximo com o desporto adaptado.

Na Biblioteca Municipal José Saramago, entre as 10h00 e as 12h00, foi apresentado um livro infantil multiformato, da autoria de José Jorge Letria e André Letria, editado pela Casa Pia de Lisboa.

A Sessão de debate e partilha sobre o tema "*As mudanças de paradigma nas políticas de Inclusão e A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025*" decorreu no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, entre as 14h00 e as 18h00.

Foi também apresentado o Prémio "*Desporto + Acessível*", cujo Regulamento da edição de 2022 ainda se encontra em fase de envio para publicação em Diário da República para auscultação pública.

Na mesa redonda sobre serviços e medidas de proximidade, de base comunitária e centradas nas pessoas, a moderação coube ao jornalista Mário Augusto, participando como intervenientes Marina Gonçalves, secretária de Estado da Habitação; Rita Mendes, secretária de Estado da Acção Social; Rita Patrício, beneficiária de assistência pessoal pelo CAVI da APCAS; Ana Nogueira, presidente da Inovar Autismo; António Ramalho, presidente da MAPADI.

Depois da entrega de Prémios de Investigação e Desenvolvimento do INR, I.P. – Prémio de Inovação Tecnológica "Engenheiro Jaime Filipe", decorreu outra mesa redonda, sobre inclusão das pessoas com deficiência - autonomia e participação. A moderação esteva a cargo da jornalista Soraia Ramos. Intervieram Ângela Ferreira, secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural; Teresa Monteiro, vice-presidente do Instituto do Turismo de Portugal; Rodrigo Ramos, coordenador da Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades; Vanda Nunes, coordenadora da Valor T; Rodrigo Santos, presidente da ACAPO.

Foram também entregues os Prémios de Investigação e Desenvolvimento do INR, I.P. – Prémio Cartaz 3 de Dezembro, seguindo-se a assinatura de acordos de cooperação entre o ISS, I.P. e entidades do sector social e a escritura de cedência de imóvel em direito de superfície ao Comité Paralímpico de Portugal.

Na sessão de encerramento intervieram Ricardo Leão, presidente da Câmara Municipal de Loures, e Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

VI Seminário "Conhecer Mais para Incluir Melhor"

O VI Seminário "*Conhecer Mais para Incluir Melhor*", que estava marcado para o dia 3 de Dezembro, foi adiado para o dia 20 de Dezembro, das 14h00 às 18h00, no Auditório Jorge Maurício, com a possibilidade de participação on-line.

O adiamento resultou do escalar da situação pandémica e das correspondentes medidas preventivas de mitigação de riscos que têm que ser adoptadas, pelo que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) decidiu que, ainda que não se realize a sessão presencial no Auditório da ADFA, gostaria de manter a parceria, convidando a ADFA para estar representada na sessão de inauguração.

Durante o Seminário estava também prevista a apresentação da edição de 2021 da Revista Científica da FPDD "*Desporto e Atividade Física para Todos*", seguida da apresentação de três artigos científicos selecionados no Concurso "*Conhecer Mais para Incluir Melhor*" e da entrega dos prémios para os melhores artigos submetidos à Revista.

Natal sustentável

A época natalícia está à porta! Esta quadra de amor, esperança, luz e brilho é também caracterizada por doçaria, fritos, excessos alimentares e algum ócio.
Naturalmente, é esperado que em contexto de festa haja algum desequilíbrio alimentar. Mas o que não é desejável é que as festividades se iniciem antes do Natal e se prolonguem até aos Reis, com excessos alimentares quase diários. Exageros pontuais não prejudicam a composição corporal nem a saúde, mas com exageros frequentes não será assim.
Atentemos a algumas sugestões para promover uma época natalícia saudável e sustentável:

- Adquira apenas os alimentos que necessita na quantidade certa para evitar desperdício;
- Se possível, compre produtos produzidos localmente;
- Opte por alimentos frescos e sazonais;
- Inicie as refeições com sopa de legumes e hortaliças, aproveitando os talos, folhas e cascas para a base;
- O prato deve ser constituído por ¼ de carne ou peixe, os restantes ¾ devem sem preenchidos por hortícolas e cereais, tubérculos ou leguminosas;
- Recorra sobretudo aos assados no forno e aos cozidos (em panela de pressão), optimizando a energia dos equipamentos e confeccionando de forma mais saudável;
- Prefira a água como bebida principal. Acompanhe eventualmente com um copo de vinho;
- Modere a quantidade de sobremesas confeccionadas. Calcule cerca de duas a três porções, no máximo, por familiar;
- Se mesmo assim houver sobras, reparta-as pelos elementos da família ou reaproveite-as confeccionando, por exemplo, "roupa velha", massada de bacalhau ou de perú, tostas de pão da véspera, adicionando as sobras de hortícolas à sopa…

Nos dias em que não há festa oficial, retome a rotina habitual de refeições e mantenha no resto do ano uma alimentação saudável e sustentável.

Se desejar mais informação, esclarecer dúvidas ou partilhar a sua opinião sobre o tema, envie e-mail para secretaria.porto@adfa.org.pt.

Ângela Henriques
Nutricionista da Delegação do Porto

Estatuto Editorial do ELO

1. O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).
2. Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.
3. O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.
4. O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.
5. O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.
6. O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.
7. O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.
8. Fazendo os deficientes militares parte da "Família Militar", o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.
9. Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.
10. Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.
11. O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.

Talvez seja bom refletir depois da história do *Odnalor* e o *Aiam*

A pequenez do Aiam, comparada com a grandeza do Odnalor! "*Traição, vil traição*".

Era uma vez dois meninos, que combinaram brincar às listas.

Pergunta o Odnalor: "*Aiam, queres vir para a minha lista?*" Responde o Aiam: "*Claro Odnalor! Para a outra jamais, jamais e jamais; não quero! São maus!*"

"*Está bem, meu amiguinho*", diz o Odnalor. "*Daqui a dois dias vou mandar para a tua casa um papelinho para tu assinares*". "*Está bem*", responde o Aiam.

Passados dois dias, o Odnalor telefona para o menino Aiam, e pergunta o seguinte: "*Então amiguinho, sempre vens para a minha lista?*" Responde o Aiam: "Sabes, menino, eu ainda vou pensar". Diz então o Odnalor: "*Ouve Aiam, amanhã vou telefonar para saber a certeza! Está bem?*" "*Está bem*", diz o Aiam.

No outro, dia o Odnalor telefonou para o Aiam. O Aiam pegou no telefone, ouviu a voz do Odnalor e desligou! Na segunda tentativa, o Aiam nem atendeu. Depois disto tudo, o Odnalor escolheu outro menino para brincar às listas! Mas escolheu bem! Desta vez acertou!

Moral da História: "*De pequenino se torce o pepino*". O Odnalor já o torceu! E o menino Aiam já o terá torcido?

Rolando Silva, associado n.º 14245

adfacar

Informações

ALBERTO PINTO

Tel.: 21 751 26 40/21 751 26 00 • TM: 91 618 6540

Das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00 (pessoalmente ou através do telefone ou email: alberto.pinto@adfa-portugal.com)

A ADFCAR dispõe de informações e venda da VW, Audi e Skoda, e também para a Mercedes, Ford, Citroën, BMW, Honda, Toyota, Land Rover e Jaguar.

AUDI

	Preço Base	Preço V. Publico
AUDI A1		
MOTORES GASOLINA		
30 TFSI 116cv	20.182,,10	25.139,11
30 TFSI 116cv S tronic	21.737,57	27.150,32
35 TFSI 150 cv S tronic	21.880,23	29.524,55
30 TFSI 116 cv Advanced	20.814,00	25.961,54
30 TFSI 116cv S tronic Advanced	22.377,78	27.955,76
35 TFSI 150cv S tronic Advanced	23.026,37	30.934,30
30TFSI 116cv S tronic S line	23.360,19	29.173,12
35 TFSI 150cv S tronic S line	24.090,64	32.252,35
40 TFSI 200cv S tronic S line	23.299,02	43.930,00
AUDI A 3 SPORTBACK		
30 TESI 116cvSport	23.804,00	29.640,00
30 TESI 116cv Design	23.804.82	29.650.00
30 TDI 116cv Sport	23.016,04	33.680.00
35 TDI 150cv Sport	26.338,17	39.100,00
35 TDI 150cv Base S tronc	26.587,52	40.640,00
35 TDI 150cv Sport S Tronic	27.919,00	42.190,00
35 TDI 150cv Design S tronic	27.920,85	42.280,00
AUDI Q2		
1.0 TFSI Sport 116cv	24.928,04	31.077,84
1.0 TFSI Sport S Tronic 116cv	26.752,99	33.517,57
1.6 TDI Sport 116 cv	23.476,56	35.322,45
1.6 TDI Base S Tronic 116 cv	23.940,36	36.674,47
1.6 TDI Sport S Tronic 116 cv	25.663,94	38.749,47
2.0 TDI Design S.Tronic 116cv	25.663,94	38.794,47
AUDI Q3		
1.5 TFSI S Tronic 150cv	33.465,15	42.970,00
1.5 TFSI S tronic S Line 150cv	35.375,62	45.390,00
2.0 TDI S Tronic 150cv	32.406,61	49.000,00
2.0 TDI S Tronic Advanced 150cv	33.853,77	50.780,00
2.0 TDI S Tronic S Line 150cv	34.524,19	51.800,00
2.0 TDI Quatro S Line 150 cv	34.722,96	60.730,00
AUDI Q3 SPORTBACK		
2.0 TDI Base S Tronic 150cv	34.520,44	51.600,00
2.0 TDI Sline S.Tronic 150cv	36.434,76	54.150,00
2.0 TDI Sline S.Tronic quattro 190cv	36.456,56	65.250,00
AUDI A 4 LIMOUSINE		
2.0 TDI S. Tronic 163cv	35.101,59	47.200,00
2.0 TDI S Tronic 190cv	34.294,04	49.150,00
2.0 TDI Quattro S Tronic 190cv	36.554,63	53.710,00
2.0 TDI S. Tronic Advanced 190cv	36.367,21	51.700,00
2.0 TDI S. Tronic S Line 190cv	37.824,04	53.580,00
2.0 TDI Quattro S. Tronic S Line 190cv	40.082,46	58.440,00
AUDI A 5 SPORTBACK		
2.0 TDI S tronic 163cv	37.536,09	50.353,00
2.0 TDI S tronic Advanced 163cv	38.996,25	52.149,00
2.0 TDI S tronic S line 163cv	40.587,31	54.106,00
2.0 TDI S tronic 190cv	37.830,55	53.588,00
2.0 TDI S tronic Advanced 190cv	39.290,71	55.384,00
2.0 TDI S tronic S line 190cv	40.882,59	57.342,00
2.0 TDI quattro S tronic 190cv	40.230,93	58.818,00
2.0 TDI quattro S tronic Advanced 190cv	41.690,60	60.418,00
2.0 TDI quattro S tronic S line 190cv	43.281,34	62.570,00
AUDI Q5		
MOTORES GASOLINA/HIBRIDOS		
2.0 TFSIe quattro S tronic 299cv	50.527,29	63.456,00
2.0 TFSIe quattro S tronic Sport 299cv	51.987,46	65.252,00
2.0 TFSIe quattro S tronic Sport 367cv	56.035.07	70.228,00
2.0 TDI S. Tronic150cv	33.358,70	49.00453
MOTORES DIESEL		
2.0 TDI V6 quattro Tiptronic 286cv	43.264,62	88,500,00
2.0 TDI V6 quattro Tiptronic Sport 286cv	44.728,03	90.300,00
2.0 TDI V6 quattro Tiptronic Design 286cv	44.728,04	90.300,00
AUDI A 6 LIMOUSINE		
2.0 TFSIe quattro toptronic 220 KW	53.668,52	67.300,00
2.0 TFSIe quattro toptronic Competition 270 KW	60.659,34	75.900,00
2.0 TDI S Tronic 204cv	45.823,99	61.130,00
2.0 TDI S tronic quattro 204cv	49.020,77	65.900,00
2.0 TDI S.tronic Sport 204cv	47.931,84	63.740,00
2.0 TDI S.tronic Sport quattro204cv	51.128,71	68.610,00
2.0 TDI S.tronic Design 204cv	47.425,62	63.100,00
2.0 TDI S.tronic Design quattro 204cv	50.622,12	67.870,00

SKODA

	Preço Base	Preço V. Publico
SKODA SCALA		
MOTORES GASOLINA		
AMBITION 1.0TSI 116 cv	17.444,45	23.274,09
AMBITION 1.0 TSI 116 cv DSG	18.968,78	25.220,03
STYLE 1.0 TSI 116 cv	20.029,08	26.497,22
STYLE 1.0 TSI 116 cv DSG	21.553,41	28.417,11
MONTE CARLO 1.0 TSI cv	20.865,13	27.525,56
MONTE CARLO 1.0 TSI cv DSG	22.389,46	29.445,45
MOTORES DIESEL		
AMBITION 1.6TDI 116 cv	18.393,27	28.181,97
AMBITION 1.6TDI 116 cv DSG	19.015,45	29.387,71
STYLE 1.6TDI 116 cv	20.459,42	30.811,42
STYLE 1.6TDI 116 cv DSG	21.081,59	32.017,16
MONTE CARLO 1.6 TDI 116 cv	21.036,23	31.520,90
MONTE CARLO 1.6 TDI 116 cv DSG	21.658,40	32.814,73
FÁBIA BREAK		
AMBITION 1.0 TSI 95 CV	14.981,59	20.133,14
STYLE 1.0 TSI 95 cv	16.001,59	21.392,88
STYLE 1.0TSI 110 cv	16.559,06	22.113,60
MONTE CARLO 1.0 TSI 110 cv	17.030,91	22.702,97
SCOUTLINE 1.0 TSI 110 cv	17.646,37	23.457,15
SKODA OCTAVIA BREAK		
MOTORES GASOLINA		
AMBITION 1.5 TSI 150 cv	19.879,99	28.432,60
AMBITION 1.5 TSI 150 cv DSG	21.533,94	30.573,94
STAYLE 1.5 TSI 150 cv	21.599,32	30.600,41
STAYLE 1.5 TSI 150 cv DSG	23.852,12	33.461,26
RS245 2.0 TSI 245 cv DSG	26.554,70	41.254,90
MOTORES DIESEL		
AMBITION 1.6 TDI 115cv	19.427,61	29.718,49
AMBITION 2.0 TDI 150 cv	20.484,02	33.496,86
AMBITION 2.0 TDI 150 cv DSG	21.754,29	35.323,58
STYLE 2.0 TDI 150 cv	22.120,39	35.685,78
STYLE 2.0 TDI 150cv DSG	23.675,83	37.775,16
SKODA SUPERB BREAK		
AMBITON 1.6 TDI 120 cv DSG	30.319,68	45.779,84
AMBITION 2.0 TDI 150 cv	25.346,18	39.618,81
STYLE 2.0 TDI 150 cv	28.827,03	43.900,27
SPORTLINE 2.0 TDI 150 cv	30.047,48	45.577,60
AMBITION 2.0 TDI 150 cv DSG	26.416,83	41.200,00
STYLE 2.0 TDI 150 cv DSG	29.898,99	45.483,05
SPORTLINE 2.0 TDI 150 cv DSG	31.119,43	47.600,84
LAURIN & KLEMENT 2.0TDI 190 cv DSG	35.246,52	54.142,66
SKODA KAROQ		
MOTORES GASOLINA		
STYLE 1.0 TSI 116 cv	24.650,17	32.253,92
SPORTLINE 1.5 TSI 150 cv	26.389,17	36.831,64
SPORTLINE 1.5 TSI 150 cv DSG	27.869,49	38.827,74
MOTORES DIESEL		
STAYLE 2.0 TDI 150 cv	21.732,31	36.168,95
SPORTLINE 2.0 TDI 150 cv	21.407,68	36.277,73
SCOUT 2.0 TDI 150 cv 4X4 DSG CO 2 (172)	27.815,04	52.627,08
SKODA KODIAQ		
AMBITION 2.0 TDI cv DSG	27.557,58	39.362,34
STYLE 2.0 TDI 150 cv DSG	31.540,39	44.417,50

VOLKSWAGEN

	Preço Base	Preço V. Publico
E-UP! (BL3)		
MOTORES 100% ELÉTRICO		
e-up 82cv 4 portas CO2 0	18.473,11	22.762,73
E-UP! PA (122)		
MOTORES GASOLINA		
1.0 60cv Take up! BlueMotion Tech 4 portas	9.939,78	12.524,80
1.0 60cv Move up! BlueMotion Tech 4 portas	11.071,83	13.922,37
1.0 60cv Move up! R-Line	13.147,73	16.480,61
1.0 TSI 115cv GTI	15.841,07	19.773,23
POLO NF (AW1)		
MOTORES GASOLINA		
Polo 1.0 80cv Trendeline	13.515,03	16.934,02
Polo 1.0 TSI 80cv Confortline	14.441,08	18.073,06
Polo 1.0 TSI 95cv Confortline DSG	16.506,13	20.720,10
Polo 2.0 TSI 200 cv GTI DSG	21.465,70	32.729,45
MOTORES DIESEL		
1.6 TDI 95 cv Confortline	16.577,93	24.442,27
E-GOLF (BE2)		
MOTORES 100% ELÉTRICO		
E-Golf	34.837,02	42.904,36
GOLF GP (BQ1)		
MOTORES GASOLINA		
Golf 1.0 TSI 115 cv 5P Stream	21.269,86	26.467,36
Golf 1.5 TSI 115cv 5P BluMotion Stream	20.750,94	28.002,70
Golf 1.5 TSI 115 cv DSG 5P Stream	23.162,78	33.158,30
Golf 1.5 TSI 150cv DSG 5 P Stream	22.989,91	30.876,49
MOTORES DIESEL		
Golf 1.6 TDI 1515cv 5 P Trendline	20.818,40	29.658,06
Golf 1.6 TDI 115cv 5 P Strean	21.871,70	30.953,63
Golf 2.0 TDI 150 cv 5P Strean	25.393,54	37.940,76
Golf 2.0 TDI 150cv DSG 5 P Highline	29.303,83	43.719,83
MOTORES GASOLINA/GNC		
Golf 1.1 TGI 130cv DSG 5p Strean	25.298,60	33.534,10
MOTORES ELÉTRICOS/GASOLINA		
e-Golf 1.4 GTE Plug-in Hybid 5p	37.820,76	46.915,06
GOLF VARIANTE		
Golf Variant 1.0 TSI 115 cv Trendline	21.391,65	26.622,30
Golf Variant 1.0 TSI 115 cv Confortline	22.127,27	27.527,11
GolfVariant 1.5 TSI 130 cv BlueMotion Confortline	21.609,82	29.089,03
Golf Variant 1.5 TSI 150 cv DSG R-Line	25.043,78	33.579,79
Golf Variant1.6 TDI 115cv Confortline	23.139,73	32.601,40
Golf Variant1.6 TDI 115cv Highline	26.576,34	37.356,99
Golf Variant2.0 TDI 150cv Confortline	26.538,06	39.524,64
Golf Variant2.0 TDI 150cv DSG R-Line	28.092,07	42.405,55
Golf Variant2.0 TDI 150cv DSG	30.301,41	45.035,04
MOTORES GASOLINA/GNC		
Golf Variante 1.5 TGI 130cv DSG Confortline	26.139,09	34.583,36
T-ROC (A11)		
1.0 TSI 115 cv STYLE	21.284,83	26.615,82
1.5 TSI 150 cv STYLE	21.814,71	29.607,96
1.5 TSI 150 cv STYLE DSG	22.438,68	30.784,52
1.5 TSI 150 cv SPORT	23.687,86	32.087,25
1.5 TSI 150 cv SPORT DSG	24.116,22	33.023,21
1.6 TDI 115 cv STYLE	20.867,61	31.128,06
1.6 TDI 115 cv SPORT	22.740,76	33.637,12
ARTEON (3H7)		
2.0 TDI 150 cv Elegance	33.509,58	47.571,04
2.0 TDI 150 cv DSG7 Elegance	34.713,25	49.492,49
2.0 TDI 150 cv Rline	34.719,61	49.059,42
2.0 TDI 150 cv DSG7 Rline	35.732,43	50.746,23
2.0 TDI 190 cv DSG7 Elegance	35.673,90	52.043,68
2.0 TDI 190 cv DSG7 Rline	36.376,26	52.907,02
PASSAT		
1.5 TSI 150cv Business	24.282,72	34.020,05
1.6 TDI 120 cv DSG	25.090,69	37.921,50
1.6 TDI 150cv Business	26.186,21	39.898,10
2.0 TDI 150cv DSG Business	27.821,22	42.349,64
2.0 TDI 150cv Elegance	30.217,12	44.944,21
2.0 TDI DSG 150 cv Elegance	31.470,42	46.926,25
PASSAT VARIANT		
1.5 TDI 120cv DSG Business	29.570,75	42.819,60
1.6 TDI 150 cv Business	28..919,29	41.925,06
2.0 TDI 150cv DSG Business	30.423,25	44.303,76
2.0 TDI 150cv Elegance	32.876,40	46.968,43
2.0 TDI 150cv DSG Elegance	34.068,62	48.875,66
MOTORES ELÉTRICOS/GASOLINA		
Passat1.4 GTE Plug-in Hybrid	36.615,94	47.021,15
Passat1.4 GTE + Plug-in Hybrid	38.079,18	48.823,51
MOTORES ELÉTRICOS/GASOLINA		
1.4 GTE Plug-in Hybrid	39.341,38	48.778,30
1.4 GTE + Plug-in Hybrid	40.804,62	50.579,37
TIGUAN NF (AD1)		
1.5 TSI 130cv Confortline	24.150,85	32.318,01
1.5 TSI 130 cv R-Line CL	26.350,60	35.191,77
1.5 TSI 150cv Confortline	26.769,24	35.823,57
2.0 TDI 150 cv Confortline	28.300,15	42.782,64
2.0 TDI 150 cv DSG Confortline	29.398,14	44.915,27
2.0 TDI 150 cv Highline DSG	30.978,45	47.054,44
2.0 TDI 150 cv R-Line	31.572,57	47.589,26
2.0 TDI 150 cv R-Line DSG	32.859,82	50.150,07
TOURAN (5T1)		
1.5 TSIcv Confortline	24.419,74	33.395,28
2.0 TDI 115cv Confortline	23.709,06	37.129,69
2.0 TDI 115cv Highline	26.081,77	39.843,03
2.0 TDI 115 cv DSG Highline	28.181,25	42.825,88
2.0 TDI 150cv DSG Confortine	30.213,03	45.716,20
2.0 TDI 150cv DSG Highline	33.159,81	48.725,68
2.0 TDI 150cv DSG Confortline	28.161,06	44.168,68
2.0 TDI 150cv R-Line DSG	33.916,88	49.656,88
T-CROSS		
T-Cross 1.0 TSI 95cv Life	17.117,91	21.445,60
T-Cross 1.0 TSI 115cv Life	18.041,48	22.599,60
T-Cross 1.0 TSI 115cv Style	20.798,59	25.990,84
T-Cross 1.0 TSI 115cv DSG Life	19.295,73	24.187,21
T-Cross 1.0 TSI 115cv DSG Style	22.052,83	27.578,44
T.ROC (A11)		
1.0 TSI 115cv Style	21.620,93	26.984,31
1.5 TSI 150cv Style	22.289,47	30.014,91
1.5 TSI 150cv Style DSG	23.028,26	31.217,58
1.5 TSI 150cv SPORT DSG	24.886,25	33.444,47

Elo
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADFA

PADM
PLANO DE AÇÃO PARA APOIO AOS DEFICIENTES MILITARES

FICHA TÉCNICA
PROPRIEDADE E EDIÇÃO:
Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA
Pessoa Colectiva n.º 500032246
Email – jornal.elo@adfa-portugal.com
Internet – http://www.adfa-portugal.com
Direcção, Administração, Edição e Redacção
Av. Padre Cruz
Edifício ADFA – 1600-560 LISBOA
Telefone – 21 751 26 00
Fax – 21 751 26 10
DIREÇÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO
Nuno Santa Clara Gomes, Artur Caldeira Vilares, Manuel Lopes Dias, Cândido Patuleia Mendes, José Carlos Pavoeiro.
DIRECTOR – José Diniz
REDACÇÃO
Av. Padre Cruz
Edifício ADFA – 1600-560 LISBOA
Telefone – 21 751 26 00
Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521A);
Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144);
Coordenação Gráfica: Ivo Mendes

CORRESPONDENTES Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Direcção de Delegação (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)

COLABORADORES PERMANENTES: Nuno Santa Clara (Episódios), António Cardoso (Informática); Ângela Henriques (Nutricionista Delegação do Porto); Helena Afonso (Serviço de Apoio Jurídico Nacional); Manuel Ferreira (Museu da Guerra Colonial); Paula Afonso (Centro de Documentação e Informação); Victor Sengo (Coluna do Zangão); MC Bastos (Opinião); António Cabrera (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória).

ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Av. Padre Cruz, Edifício ADFA – 1600-560 LISBOA - Telefone – 21 751 26 00
IMPRESSÃO: FIG - Indústrias Gráficas, S.A. – Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt – Tel.: 239 999 922

REGISTO DA PUBLICAÇÃO NA ERC – 105068/77 Depósito Legal – 99595/96
ASSINATURA ANUAL – 7.00 euros.
Tiragem deste número **9000 ex**.
Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

Audiência com o CEMGFA

A pedido da ADFA, teve lugar, em 3 de Dezembro, uma audiência com o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), almirante António Silva Ribeiro.

Estiveram presentes o presidente da MAGN, Joaquim Mano Póvoas, e o presidente e o vice-presidente da Direcção Nacional, Nuno Santa Clara Gomes e Artur Caldeira Vilares.

Foram abordadas as questões dos Hospitais Militares, tendo sido dito que o principal problema é a falta de pessoal, nomeadamente médicos.

Foram referidas as carências em apoio a deficientes das Forças Armadas e outros militares na terceira idade. Foi também apresentada a posição da ADFA na separação do apoio aos DFA, decorrente do Orçamento do Estado, do das outras instituições, de assistência médica e social, as três agora misturadas por imposição legal.

O almirante CEMGFA sugeriu que houvesse nova audiência em Janeiro, para que a ADFA apresente um memorando sobre as questões mais prementes.

Reunião do Conselho Nacional

O Conselho Nacional reuniu-se no dia 4 de Dezembro, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, e aprovou, por maioria, o Plano Operacional da ADFA para o ano de 2022 e o Orçamento da ADFA para o ano de 2022. Estes documentos foram amplamente debatidos pelos conselheiros.

Feita a análise e aprovada a Acta do Conselho Nacional anterior, foi apresentada pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional, Joaquim Mano Póvoas, uma Proposta de actualização do Regulamento do Conselho Nacional. Este documento adapta o Regulamento em vigor desde 1995 e foi discutido e aprovado na generalidade, promovendo o CN que a análise e votação na especialidade ocorram futuramente.

O Plano Operacional da ADFA para o ano de 2022 foi aprovado por maioria, com duas abstenções, depois de ter sido lido o Parecer do Conselho de Executivos.

O Orçamento da ADFA para o ano de 2022 foi largamente debatido e aprovado por maioria, com um voto contra e duas abstenções.

Seguidamente foi lido o Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente ao primeiro semestre do ano de 2021.

No ponto cinco da ordem dos trabalhos, dedicado à representatividade e direitos, foram abordados os seguintes temas: Ponto de situação quanto ao Laboratório Nacional do Medicamento (LM), Hospital das Forças Armadas (HFAR) e ADM/IASFA; b) Acções a desenvolver quanto ao Centro de Saúde Militar de Coimbra (CSMC); c) Audiências com o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) e com o presidente do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA); d) Informação da Caixa Geral de Aposentações (CGA) sobre a aplicação do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

Foi ainda feito um ponto de situação sobre o Caderno Reivindicativo, aprovado na Assembleia-Geral Nacional de 12 de Junho deste ano, seus desenvolvimentos e perspectivas futuras.

Jaime Ferreri reedita as suas primeiras obras

Contando já com 35 anos de actividade literária, o associado e membro da Mesa da Assembleia-Geral Nacional da ADFA Jaime Ferreri, reeditou as suas primeira obras.

A apresentação deste conjunto de quatro livros vai ter lugar no próximo dia 17 de Dezembro, na Praça da República, em Ponte da Barca, num momento cultural que envolve música, poesia e outras formas de expressão artística.

"O Cabrito Montês", "Fizeram de Mim Soldado", "Os Homens Também Hibernam", e "Crónicas Desalinhadas" são os quatro títulos, ordenados pela data da primeira edição, que o autor Jaime Ferreri apresentará numa caixa preparada para esta reedição.

O ELO envia um abraço de parabéns ao professor Jaime Ferreri, que foi durante muitos anos colaborador deste jornal, e saúda a iniciativa literária e o momento cultural que vai trazê-la a público.